para o conhecimento dos nossos vinhos na America.

Eu, sr. presidente, tinha tambem o dever de acompanhar a iniciativa particular na propaganda dos nossos vinhos, e nesse sentido pensei, auxiliado por alguns homens competentes, em fazer a propaganda ao norte e ao centro da Europa. A propaganda consistiria na organização de exposições e de laboratorios junto aos nossos consulados, e em conferencias e publicações que despertassem a attenção publica e demonstrassem e puzessem bem em relevo as altas qualidades dos productos das nossas vinhas.

Depois de mim, pensou-se doutro modo; mas parece-me que se quiz fazer um *tour de force,* tentando quasi o impossivel. Nós, como já tive occasião de dizer, devemos tentar a collocação dos nossos vinhos de pasto nos mercados onde os vinhos generosos são os seus naturaes introductores, quero dizer, devemos levar os nossos vinhos de pasto á Inglaterra, á Allemanha e á Russia. Levá-los á America do sul, ás republicas espanholas, parece-me coisa tão difficil, coisa tão arriscada quasi, como se

pensassemos em levar a competencia á propria Espanha.

Não basta, sr. presidente, fazer a propaganda dos nossos vinhos...

Eu vejo que já passou a hora e não desejo por modo algum abusar da assembléa. Por mais que procurasse resumir-me, não consegui acabar. (*Vozes:* — Fale, fale).

Agradeço a manifestação da assembléa.

Não basta, sr. presidente, fazer a propaganda dos nossos vinhos, não basta demonstrar a sua valia, as suas qualidades; é indispensavel defendê-los dos nossos competidores. E' preciso defendê-los dentro do paiz e fóra delle. Estas duas questões, a questão da defesa dos vinhos dentro do paiz e a da sua defesa fóra delle, têem sido ultimamente agitadas.

Para os defender dentro do paiz temos um meio, que é o imposto de importação.

Como v. ex.ª sabe, durante a minha gerencia, pretendeu-se abaixar o direito de importação dos vinhos espanhoes. Por todo o paiz se reclamou contra semelhante pretenção; e, antes mesmo deste movimento geral da opinião, achando-me em Santarem com o professor em quem ha

pouco falei, o sr. Cincinato da Costa, eu declarava categoricamente que não seria com a minha assignatura que se franqueaaria a entrada dos vinhos espanhoes em Portugal. (*Apoiados. Vozes:* — Muito bem). E porque?

Os argumentos apresentados em favor da reducção do imposto de importação eram estes: primeiro... (O sr. *Manoel Pestana:* — O primeiro, se v. ex.ª me permitte, é que não havia lei que tal auctorizasse. —) Tem v. ex.ª razão. Mas o governo podia levar ás camaras uma proposta de lei nesse sentido. Não a levaria eu, e não a levaria, porque nenhum dos argumentos adduzidos me parecia convincente. (O sr. *Manoel Pestana:* — *Apoiado*). Dizia-se que precizavamos de assegurar a nossa clientela no Brazil. Mas a primeira condição para assegurarmos uma clientela é não nos desacreditarmos (*Apoiados*). Este era o argumento do presente. Falava-se tambem do futuro, e dizia-se que provavelmente o paladar se deshabituaria dos nossos vinhos e se voltaria para os vinhos espanhoes. E então iriamos pela lotação preparar a transição para esse futuro?! (*Apoiados*).

Depois, e era este para mim o principal reparo, havia o governo da nossa terra de decretar a falsificação dos vinhos portuguêses, porque outra coisa não era o que se pedia? *(Muitos apoiados)*.

O exemplo citado da França não colhe. (O sr. *Manuel Pestana: — Apoiado —*) Não queria mesmo que o imitassemos, porque não desejo nunca que o commercio deixe de proceder de boa fé. (O sr. *Manuel Pestana: — Apoiado)*. Mas, em summa, a França procurava os nossos vinhos para apresentar um producto que tem uma acceitação universal; e nós iamos desfigurar e comprometter os nossos!

O exemplo tambem citado da Espanha nos ultimos tempos não procede, egualmente. A Espanha abriu as suas portas, não a um vinho inferior aos seus, mas a um vinho francês para melhorar o seu producto. Não digo que façamos o mesmo, não acho bem que o vamos fazer. Mas era outra coisa.

E, quando afinal devessemos importar os vinhos espanhoes, era pelo menos preciso sujeitá-los a um regimen semelhante ao dos trigos, garantindo-se um preço ao vinicultor,

da mesma fórma que se garante ao productor do trigo.

Em summa, já disse o bastante, creio, para justificar perante v. ex.ª e perante esta assembléa a decisão que tomei como ministro das obras publicas.

E, já que falo neste assumpto, preciso denunciar á assembléa duas maneiras pelas quaes até certo ponto se póde sophismar a decisão que tomei contra a importação dos vinhos espanhoes.

Um dos sophismas é ir o negociante português a Espanha fazer lá a lotação. Para este não ha outro remedio senão o patriotismo, a educação moral. Eu confio no patriotismo da nossa gente o bastante para crer que um ou outro exemplo não se generalizará. Sair da patria para faltar aos deveres que ha para com ella, é procedimento de contrabandistas, porque a legislação que nos rege, não se restringe ao nosso territorio, estende-se a todo o territorio onde esteja um português.

Outro sophisma de que se póde lançar mão, é o abuso da liberdade de transito concedida aos vinhos espanhoes. Hoje ha depositos alfandegarios dos vinhos espa-

nhoes. Nesses depositos é prudente vigiar se o tratamento que se faz aos vinhos espanhoes, serve para que, tendo sido impedida pela lei a sua livre entrada, ella se esteja dissimuladamente effectuando.

A outra questão, a da defesa dos nossos vinhos fóra do paiz, é a questão dos tratados, e essa não me competia a mim. Lamento que se não tenha dado nesse caminho o largo passo que ao governo competia dar.

Quando a Italia vai pelos tratados conquistando mercados, quando a Espanha não só tenta esta conquista, mas até num acordo provisorio com a Inglaterra tambem já caminha abertamente nesse sentido, a nossa morosidade, a nossa incuria é verdadeiramente lamentavel *(Apoiados)*.

Nós precisamos absolutamente de tratados! Não falo agora do tratado com o Brazil, que circumstancias dolorosas para o nosso coração parecem distanciar, mas precisamos de garantir tanto quanto possivel a entrada dos nossos productos na Inglaterra, e precisamos de tratados com a Allemanha e com a Russia, que instam da sua parte por negociá-los comnosco.

Sr. presidente, esta é a competencia leal, e é assim que teremos de nos defender della.

A competencia desleal são as falsificações feitas dentro e fóra do paiz.

O que, antes de mais nada, é preciso, é não levar por toda a parte a convicção de que já não temos senão vinhos falsificados. Cumpre-nos tratar este assumpto com discreção, e eu infelizmente não a tenho visto. Não se leve ao estrangeiro a idéa e a presumpção de que Portugal já não tem vinho bastante para o seu negocio e que o está falsificando.

Ha falsificações dentro do paiz? Punam-se, assim como todas as falsificações dos generos alimenticios, ou quaesquer outras.

Não é o governo que deve fazer a fiscalização, porque isso é uma chimera. Façam-na os particulares! Acho indispensavel que em cada districto haja junto do agronomo um laboratorio, para que qualquer individuo possa fazer a fiscalização por si. Esta é que é a verdadeira fiscalização efficaz. Concordo todavia com o relatorio em que se torna absolutamente necessario traçar um processo para a verificação das falsificações.

Quanto ás falsificações no estrangeiro, á venda de vinhos estrangeiros, e principal-

mente de vinhos espanhoes, com o nome de vinho português, isso está sob a comminação do tratado de commercio celebrado em Madrid em 1891, que eu como ministro tive a honra de levar o governo a ratificar. Do que precisamos, portanto, é de lançar mão delle; e não sei realmente como é que o não temos feito, porque este convenio foi sem duvida alguma a melhor arma defensiva que os representantes portuguêses, um dos quaes já fallecido, Oliveira Martins, podiam arrancar ao congresso madrileno. Parece que em frente da Espanha, que está exportando para o Brazil vinhos seus com o nome de portuguêses, nós cruzamos os braços, como se taes vinhos não fôssem lá fazer competencia comnosco. O governo espanhol, em documentos que tiveram toda a publicidade, referiu-se a essas falsificações, e nós pelos nossos agentes não procurámos saber o que havia a tal respeito para se applicarem as disposições do convenio!

Não desejo alongar-me mais. Esta magna questão dos vinhos é extremamente complicada; é tambem a de todas as industrias

subsidiarias, é a questão do alcool, a questão do vasilhame e a questão da navegação. E' mister que os governos se convençam da necessidade de proteger estas industrias, que são subsidiarias da industria dos vinhos; mas que haja todo o criterio no modo de as proteger, porque não é pelos meios que ás vezes se têem proposto no parlamento, que essa protecção se póde tornar benefica.

Finalmente a questão dos vinhos, como todos os problemas economicos, prende-se intimamente com a nossa situação financeira; e nós não poderemos resolver nem esta, nem nenhuma outra questão economica, emquanto pesar o onus incomportavel da tributação sôbre a economia publica. Com um imposto predial tão desegual, que tanto opprime a maioria dos agricultores, com as multiplas alcavallas do imposto industrial, e ainda por cima com o imposto de consumo sobre o negociante, repercutindo-se em todos os productores, não é possivel. Nem reciprocamente as finanças melhoram pelo excessivo aggravamento das taxas fiscaes. E' por isso que eu entendo que do seio deste congresso deve sair um brado

bem alto ao nosso governo, de que só ha um modo de vencer as difficuldades financeiras, e esse modo é administrar bem!

(Muitos apoiados. O orador foi applaudido com uma salva de palmas).

José Elias Garcia *

Meus Senhores!

Vindo por aqui ** em piedoso cortejo, nós fazemos hoje o caminho que em vida seguiu José Elias Garcia.

Professor, muito naturalmente ambicionou servir na sua carreira publica a profissão que tão nobremente exercia. Mas nelle havia mais do que a bem legitima paixão pelo seu mister; mais do que o profissional, havia o patriota, animado do santo ardor de cooperar para a felicidade da nação, para a sua ordem e para o seu progresso, pelo fecundo desinvolvimento

* Allocução proferida na commemoração civica de 21 de abril de 1895 celebrada pela população da capital.

** Por deante da Eschola primaria central n.º 1, de Lisboa.

dos serviços do ensino. Elle pertencia á pleiade generosa dos politicos educadores, que consideram a sua missão como um magisterio e põem todo o empenho em proteger e conduzir os humildes e os fracos para a sua emancipação. Na tribuna, como na cathedra, sorria-lhe o mesmo ideal de liberdade e de amor.

Eu, que o vi de perto sair á estacada, que fui por vezes seu companheiro nas lutas parlamentares, posso dar testemunho da grandeza do seu animo. Ninguem entre nós exemplificou melhor a bondade e a tolerancia, que são as supremas virtudes de todo o homem, mas principalmente do politico e do mestre. Rico de talentos nativos e levantado pela confiança dos seus concidadãos aos postos proeminentes, elle usou sempre da influencia e dos poderes da sua jerarchia, não com o soberbo desdem dos orgulhosos, que tudo lhes julgam devido e todos pretendem acorrentar ao carro dos seus triumphos, mas com a humana cordialidade de quem estremece de sympathia ao soffrimento dos outros e se julga obrigado a acudir-lhes na medida precisamente dos bens de que a natureza, a fortuna e o valor do

proprio esforço o investiram. Militar austero, a vida foi sempre para elle um campo aberto de acção civica.

Da sua bondade e tolerancia me lembro por mim. Unidos no mesmo culto da patria e nos mesmos ternos sentimentos de affecto pela infancia e pelo povo, divergiamos porém na nossa concepção das formas de governo, cujos progressos elle capitulava de indispensaveis á marcha da administração publica, emquanto que eu os esperava dos proprios progressos da nossa regeneração administrativa; e todavia, apesar desta divergencia, que tanto irrita os espiritos facciosos, foi com o concurso que elle espontaneamente solicitou de professores seus correligionarios, que eu pela primeira vez entrei á Camara dos pares.

Mas não fala em mim agora só a gratidão pessoal, só o antigo collega e o amigo. Tenho nesta solemnidade de recordar sobretudo o forte impulso que José Elias Garcia, o primeiro vereador do pelouro da instrucção, deu ao movimento escholar da capital, impulso d'onde saiu o valioso agrupamento de benemeritos trabalhadores que ahi illustram o nosso ensino primario; e de pedir a

Deus que a inscripção do seu nome sôbre esta bella eschola, edificada sob a sua gerencia municipal, defenda como um sagrado palladio a causa da educação popular em todo o paiz.

Meus Senhores! Collocando esta lapide, que vou ter a honra de descerrar, Lisboa rende uma homenagem intima de saudade a um dos mais queridos membros da sua familia. Nenhum tambem ainda lhe quiz mais, nenhum cuidou dos seus filhos com mais entranhavel devoção!

O governo do engrandecimento do poder real *

Um dos maiores successos dos ultimos dias foi o acolhimento feito ao novo ministro do Brazil, o dr. Assis Brazil. Membros duma grande commissão, constituida por delegados da imprensa e das classes industrial e commercial de Lisboa, fôram esperá-lo á fronteira; e na estação do Rocio, á sua chegada a esta capital, milhares de pessoas o saudaram, tendo á sua frente o presidente da municipalidade, conde de Restello. Esta cordial manifestação ao representante brazileiro, antes delle ser recebido pelo rei e desprendidamente da acção governamental, poz bem em evidencia o divorcio que existe entre o paiz e o

* Cartas politicas a « El Liberal » de Madrid. 1895.

actual gabinete; e foi ao mesmo tempo uma demonstração de força das associações da industria e do commercio, que o governo ha mais dum anno dissolveu, sem que até hoje lhes permittisse a sua legitima reconstituição. Egual significado teve o banquete offerecido dias depois ao dr. Brazil. Pareceu aos seus promotores que lhes cumpria convidar para elle o ministro dos negocios estrangeiros, e, apesar de lhe não destinarem a presidencia, a sua simples presença foi bastante para se retrairem individualidades preponderantes, enfraquecendo a importancia da festa. Notou-se precisamente que ninguem ousasse levantar um brinde ao membro do governo presente. Vê-se que o convite que lhe fôra dirigido, não passou do cumprimento duma mera formalidade de etiqueta, dado o caracter internacional do banquete, até porque nenhum dos outros ministros foi convidado, nem sequer o chefe do gabinete, que de certo folgaria com a feliz conjunctura de protestar o seu respeito, tão contestado, ás instituições vigentes do Brazil. Assim se pronuncia inilludivelmente o sentimento publico contra a oligarchia dominante.

Logo depois da chegada do ministro brazileiro, partia para o Rio de Janeiro o representante de Portugal, o illustre homem de lettras e estadista, Thomaz Ribeiro. Fôram a bordo do paquete dizer-lhe adeus grande numero dos seus amigos e admiradores. A sua escolha, feita pelo seu antigo collega, o actual presidente do conselho, quando ainda geria o ministerio dos negocios estrangeiros, mereceu os applausos geraes, e todos avaliam que só um forte motivo patriotico o determinaria a acceitar uma nomeação, que, embora offerecida por um amigo de caracter pessoal respeitavel, o liga a uma politica ominosa. Segundo consta, no Brazil preparam-se os maiores festejos para o receber, e tudo faz esperar que a sua missão na nova republica americana tornará ainda mais viva a sympathia que ali votam ao seu nome, que é uma gloria de Portugal. Portuguêses e brazileiros estamos bem precisados de que os nossos representantes officiaes saibam estreitar os antigos vinculos ethnicos e historicos que unem atravez do Atlantico os dois ramos da nossa familia; e de Portugal ninguem mais indicado do que Thomaz Ribeiro.

Eis quasi os unicos factos agradaveis de que lhes posso dar conta. Não falo da batalha das flores, cujos intuitos beneficos a não puderam salvar do seu desproposito no meio das preoccupações que pungem o espirito publico. Por isso foi duma frieza profunda. Nem se comprehende como, sem salões, sem habitos de convivencia affectiva, a cidade dum momento para outro improvize enthusiasmos florídos de familiaridade.

Factos tristes é que infelizmente não faltam.

Referir-lhes-ei primeiro a impressão que deixou a ultima recepção de gala no palacio da Ajuda, por occasião do anniversario da outorga da carta constitucional. Foi lugubre! Quasi toda a opposição progressista desertou, entendendo que, depois dos abusos dictatoriaes do governo, consentidos pela corôa, a celebração dos fóros constitucionaes era uma mystificação, a que ella não devia associar-se. Não approvo o seu modo de ver, porque o facto de o governo desacatar a lei fundamental da nação não póde servir de motivo para que os que desejam vê-la praticada em toda a sua pureza,

a não acatem tambem, prescindindo de solemnizar a sua promulgação; mas o caso é que a opposição conseguiu deixar em grande isolamento o chefe do estado, que, apenas teve ao seu lado, além das pessoas que lhe são particularmente dedicadas e das poucas que, não pensando como o partido progressista, fôram naquelle dia reiterar a sua adhesão aos principios liberaes, um certo grupo de pessoas sem valor ou peor do que isso.

É ainda mais triste, porque tem outro alcance, a resolução que, em vista das eleições, acabam de tomar o directorio do partido republicano e o partido progressista reunido em numerosos conclaves nos salões do seu chefe, o sr. Luciano de Castro. Resolveram uns e outros abster-se da proxima campanha eleitoral, com a allegação de que a luta não é airosamente possivel sob o regimen do ultimo processo eleitoral decretado pelo governo. Como sabem, o governo supprimiu a representação das minorias e as candidaturas de accumulação, identificando os circulos politicos com os districtos administrativos. Não me parece procedente a allegação. Á centraliza-

ção eleitoral devia responder um esforço maior das opposições pela sua representação parlamentar. Em que outro terreno se propõem lutar? appellam para a revolução tanto os republicanos como os monarchicos progressistas? E a consequencia provavel é que o gabinete, que tem feito tudo para se livrar do parlamento, aproveite a abstenção para o declarar inutil sem os elementos opposicionistas, continuando os desmandos desta opprobriosa dictadura até que uma rajada de indignação levante contra as instituições a onda popular.

Tudo faz prever que não está longe esse dia, que será de justiça, mas tambem, quem sabe? de vingança, de anarchia e de dôr. A corrupção politica cada vez mais exaspera a paciencia publica com os escandalos que successivamente veem á suppuração. Agora é o da companhia do Nyassa. Os seus directores dividiram-se e trouxeram a lume irregularidades que reclamam codigo penal. E comtudo havia, junto á companhia, um commissario regio para fiscalizar a sua administração. Não cumpriu o delegado do governo com o seu dever, ou foi o governo quem faltou a elle? Parece ter

havido o proposito de envencilhar esta questão. Um e outro defendem-se, mas sem se atreverem abertamente a accusar-se. Por um lado, o ministro da marinha commenta a exoneração concedida ao commissario com a declaração lançada no requerimento de que ella lhe seria imposta, mesmo que não fôsse pedida, e, por outro lado, um irmão do commissario, que era secretario do ministro das obras publicas, a despedir-se deste logar e do gremio governamental; mas nem o despacho do ministro da marinha é transcripto nos seus termos deprimentes no *Diario do Governo*, nem consta que o commissario rompesse as suas relações de intimidade com os ministros predominantes da situação. Ao mesmo tempo o orgão officioso do governo na imprensa, alludindo á defesa publicada pelo commissario, acha-a muito elucidativa. Tudo isto não passa, pois, dum processo de confundir responsabilidades, que ninguem quer para si. O peor é que, para ainda aggravar este feio negocio, accresce a circumstancia de que certos administradores da companhia fazem parte dos dignitarios da côrte e o proprio commissario

regio é administrador da casa real. O rei apressou-se a determinar para futuro incompativeis os cargos do paço com o serviço de companhias concessionarias do estado; mas em que posição moral ficam os personagens que provocaram esta determinação regia? Para bons entendedores ella equivaleria a um mandado de demissão.

O resultado é desauctorizar-se o chefe do estado, apesar de todos os seus esforços para sobrenadar acima deste charco de torpezas. E, para cúmulo, um dos periodicos mais estreitamente ligados com os politicos suspeitos á opinião, dá-se, ha tempos, ares de ser o orgão dos sentimentos pessoaes do rei. Tristissimo!

Continua a dictadura com todos os seus deploraveis effeitos.

Até os tribunaes de appellação já assentaram a doutrina subserviente de que o arbitrio ministerial é lei, emquanto sôbre elle se não pronunciar o parlamento!

Se a magistratura está assim, imagine-se o que não será á administração! Reina absolutamente o favoritismo, contra o qual muitas vezes nem os effendidos nos seus direitos protestam, porque elle deixa sempre o campo aberto a todas as esperanças. A anarchia alastra-se e chega até ás escholas, onde os alumnos protegidos alcançam todas as dispensas de estudo e se vão assim desmoralizando e perdendo.

Em volta desta politica dissolvente, proseguem os escandalos como o do Nyassa, que dá cada vez mais que scismar, porque o governo, depois de haver alardeado no seu orgão officioso que publicaria o parecer da procuradoria geral da corôa, logo que algum dos interessados o requeresse, reconsiderou, não deferindo até agora ao requerimento que nesse sentido lhe foi apresentado por um dos directores da companhia. Portanto só uma coisa é clara neste negocio, e é o proposito que ha de o obscurecer para a apreciação do paiz.

Entretanto o ministro especialmente encarregado da pasta das mystificações architecta novas peças de effeito que impressionem a imaginação popular. O ultimo caso

theatral, posto em scena para distrair do Nyassa e para enternecer o publico ingenuo, foi o duma tentativa de *chantage* de que elle ministro se apressou a fazer-se victima. Um jornalista mal reputado, que travara relações com elle, procurou-o amistosamente para lhe pedir dinheiro com o fim, segundo declarava, de lhe comprar o silencio do auctor de certas criticas depreciativas. Evidentemente nem o jornalista pretendia illudir o ministro, nem este se podia deixar illudir. O pedido não passava duma formula transparente de proposta de contracto. O ministro, em vez de o repellir, planeou tirar dahi partido para attestar a venalidade dos seus detractores. Convidando o jornalista para sua casa, captivou tanto a sua confiança, que o induziu a passar-lhe recibo da quantia pedida, e então, com attitude solemne, descerrado o reposteiro, atraz do qual se escondia o juiz de instrucção, entregou-o tragicamente á auctoridade policial, clamando: sr. juiz, cumpra o seu dever! O caso foi logo cantado em dithyrambos ao nobre ministro, acompanhados de tremendas objurgatorias aos seus infames accusadores.

O peor é que se não contou com a sensibilidade moral do nosso povo, e afinal a consciencia publica revoltou-se indignada contra a tramoia ministerial. Pergunta-se se outrem, que não fôsse aquelle ministro, inspiraria tão facil confiança ao solerte *chanteur;* pergunta-se tambem se é crime, em troca do silencio ou do favor jornalistico, pedir dinheiro, que saia do bolso do ministro, e já o não é pedir-lho, que saia dos cofres da nação, e se não será ainda maior crime offerecer o proprio ministro os empregos publicos, que valem dinheiro, aos periodistas e reporters para os calar ou bem dispôr. E não se admitte nem que um ministro da corôa converta uma tentativa de crime em facto criminoso, tornando-se a si mesmo cumplice do auctor; nem que tenha alguem o direito de atraiçoar seja quem fôr, ainda que seja um scelerado. Ha processos que repugnam!

Eis os commentarios que provocou a urdidura da peça, o que não quer dizer, bem entendido, que todos os orgãos da opinião os fizessem, já não falando nas gazetas ministeriaes, que celebraram com clangor de apotheose o seu pequeno *Deus ex-machina.*

Dos proprios periodicos chamados opposicionistas ou imparciaes, alguns só tiveram condemnações para o *chanteur,* sem ver nelle, além do criminoso, o miseravel joguete do ministro, e nem todos os outros sustentaram por muitos dias as increpações que no primeiro momento lhes arrancou a inqualificavel representação.

Não confiando inteiramente na efficacia destes lances patheticos, o governo recorre ás violencias e ao apparato bellico para amedrontar as gentes.

Foi demittido um professor do collegio militar, que, no ultimo congresso do partido progressista, orou vivamente contra os desmandos governamentaes. É mais um dos exemplos que o ministerio entendeu necessario dar para fingir de forte. Começou por demittir o secretario da Universidade de Coimbra e por se encolerizar contra varios professores do ensino superior que se encorporaram em commissões de propaganda republicana. Simplesmente as suas furias não attingem os funccionarios de maior vulto politico que ha muito veem demonstrando por palavras e obras o seu republicanismo ; prudentemente escolhe para

dar os seus exemplos pessoas de exigua influencia publica.

Ao mesmo tempo, a pretexto de condecorar um sargento pela diuturnidade dos seus bons serviços, fez-se na Avenida uma parada das tropas da guarnição de Lisboa, com o rei á frente, tendo ao seu lado o ministro da guerra, e escoltado pela cavallaria da guarda municipal, que recebeu o cognome de guarda pretoriana.

Este alarde de força tem-se repetido, sempre que uma prepotencia ministerial ou algum escandalo rebenta e alvoroça a opinião. Pretende-se dest'arte conter-lhe os assomos de revindicação. Infelizmente o chefe do estado presta-se a estas exhibições; e até, nessas conjuncturas, é quando percorre ufano a cidade a cavallo ou em carruagem descoberta, como que a affrontar o sentimento publico. E assim o vai indispondo contra si e alienando sympathias ás instituições monarchicas!

As provas não rareiam. Como lhes disse, o novo representante do Brazil foi acolhido na capital com grandes manifestações de jubilo. A Lisboa seguiu-se o Porto; e, mais ainda do que succedera aqui, onde

os republicanos predominaram nos festejos, assenhoreando-se da sua direcção, as festas celebradas na segunda cidade do reino tornaram-se numa demonstração dos progressos das idéas republicanas. Já ninguem póde suppor que a provincia ainda considere a palavra republica como um synonymo de desordem e anarchia: por toda a parte, o nome do presidente da republica brazileira foi saudado affectuosamente, quasi se diria anciosamente. E não ha duvida que a presença entre nós do sympathico ministro do Brazil, dessa antiga colonia que é um prolongamento de Portugal, serve de fâmiliarizar cada vez mais o nosso paiz com as instituições ali implantadas.

Nos festejos do Porto deu-se logo uma nota significativa, e foi que o Centro commercial do Porto, que tomara a iniciativa do convite ao dr. Assis Brazil, entendeu que, para melhor honrar a visita do representante brazileiro, devia solicitar o concurso oratorio dum dos mais prestigiosos caudilhos republicanos, deputado por Lisboa nas ultimas eleições *.

* O sr. Gomes da Silva.

Merece tambem registar-se que, á excepção do presidente da camara municipal de Lisboa e do vice presiaente da camara do Porto, que são membros do partido progressista, este agrupamento politico mal se manifestou como tal nos actos de congratulação pelo reatamento das relações com o Brazil. Parece-me abstenção demais!

A politica pessoal do gabinete e a abstenção da opposição progressista deixam innegavelmente o terreno livre para os republicanos, embora elles se digam tambem em abstenção, pois que, sem vida publica normal, o paiz vai acariciando a idéa de a procurar numa nova ordem de coisas.

A oligarchia, porém, que se apossou do espirito dos actuaes governantes, acha que tudo lhe corre ás mil maravilhas, e, tendo o ministerio na mão, inventa uma opposição do seu gosto para assegurar em seu proveito a rotação ministerial. Agora impera pela fraqueza do sr. Hintze Ribeiro, ámanhã mandará pela complacencia do sr. José Dias Ferreira. O presidente do conselho da precedente situação declarou que não se abstem da proxima (?) luta eleitoral,

quando elle é precisamente o vulto politico que parecia não necessitar de se abster, visto não ter neste momento no paiz quem o acompanhe. Mas tudo se arranjará para que elle não faça má figura de opposição. Infelizmente ainda ha gente de sobra para estes desdobramentos!

Quando terminarão todas as sophisticações? Bem merecia uma politica de verdade e justiça uma nação capaz dos maiores sacrificios, como os que ainda agora o nosso soldado está fazendo no ultramar para honrar o nome português e ali manter a nossa soberania. E graças a Deus que ao menos esses sacrificios são compensados pelos triumphos de que acabamos de ter noticia, alcançados em Lourenço Marques e Timor!

A maçonaria portuguêsa

Caros e respeitaveis irmãos! *

A virtude tambem precisa d'instituições que a celebrem, que a propaguem e defendam, e a maçonaria é a grande ordem secular onde commungam quantos, sem distinção de crenças religiosas ou d'opiniões politicas, lhe rendem um culto livre.

Não somos nem um partido, nem uma seita.

Respeitamos todos os crentes sinceros. O sacrario em que cada um abriga o seu ideal d'amor e d'abnegação, é para nós inviolavel. Queremos realizar o bem neste mundo, sem inhibir alguem de crêr na existencia dum mundo melhor. O nosso

* Discurso no acto da posse do malhete, em 3 de julho de 1895.

templo não se levanta sobre os escombros de nenhum outro.

Tão pouco nos insurgimos contra os poderes constituidos pela vontade nacional. A prova de que a nossa missão cabe dentro das fórmas politicas da sociedade moderna, é que á sua testa se acham egualmente monarchicos e republicanos. Passou o periodo revolucionario da maçonaria. Hoje a autoridade legal tem-nos de seu lado. Assim como ha associações que compartem os encargos administrativos do estado, importa que tambem haja quem o coadjuve na sua suprema funcção fraternizadora, e nós, com a nossa organização altruista, somos como uma guarda civica de voluntarios ao seu serviço.

A politica e a religião é que veem ao nosso seio receber inspirações generosas, porque fundamentalmente a mesma moral religiosa, como a mesma moral politica, aproxima os espiritos do nosso tempo; e é essa que professamos.

Nós professamos a benevolencia em toda a isenção. Sem nos determos em discussões academicas, arredando mesmo discretamente das nossas assembléas os assumptos litigio-

sos, cujo exame arriscaria a nossa cohesão e integridade, nós procedemos como gente d'acção, que está convencida de que muitas coisas indiscutivelmente bôas se podem fazer sem provocar animadversões nem desconfianças, mas que possue todo o entranhavel ardôr de bem querer e toda a hombridade para não recuar deante dos maiores perigos, quando se trate d'acudir pelos opprimidos ou de estender a mão aos infelizes.

E' vastissimo o nosso campo d'acção. A creança e o velho, a mulher, o proletario, o enfermo, o delinquente, e, para uma nação como esta, tão disseminada pelo mundo e tutôra de tantos povos incultos, o emigrante e o gentio, eis um sem numero d'entes que imploram a protecção social, e a quem por nossa parte a devemos.

E uma paixão sobretudo pretendemos insufflar a humildes e a poderosos, a da liberdade, que é o proprio timbre da dignidade humana. O mal só triumpha pela inercia das almas! Para o combater não basta tocar o coração dos que o praticam; é ainda indispensavel erguer os caracteres de todos que passivamente o consentem,

como se não fôsse uma ignominia contemplar-lhe os ataques sem um assomo de coragem para os repellir.

Queridos irmãos! A esta nobre campanha, incruenta mas de sacrificios, nos está appellidando angustiosamente a voz dolorida da patria, anhelante por uma atmosphera pura, onde a virtude floresça e a reacção e o vicio se desalentem e succumbam; e só uma profunda secussão moral será capaz neste momento de revivificar a consciencia publica.

Quão graves são, pois, as responsabilidades do grão mestrado a que vos haveis dignado exalçar-me com uma affectuosa confiança que captiva toda a minha gratidão! Mas, como em egual solemnidade exclamou José Estevão e Mendes Leal já repetiu, ellas não me acobardam, e atrevo-me a assumi-las, alumiado pelas lições dos meus antecessores, e fortalecido pela inquebrantavel unidade de sentimentos e aspirações que nada vingará affrouxar sequer entre nós.

QUERIDOS IRMÃOS! *

Reune-se a Grande Loja, quando ainda estão mal cicatrizadas as feridas abertas no coração da maçonaria portuguêsa pelos desmandos de alguns dos seus membros. Faço, pois, appello ao amor que todos lhe dedicais, para que desta assembléa, cujas tradições de tolerancia se impõem, saiam de novo revigorados os laços de intima fraternidade que nos devem indissoluvelmente ligar.

Um assumpto reclama instantemente os nossos desvélos: é a reforma da constituição maçonica. Não só é mister que a nossa lei fundamental se conserve sempre um modelo, para assim facilitarmos a administração interna, e, com as nossas praticas, nos auctorizarmos; mas neste momento não podemos deixar de abrir francamente os braços a muitos antigos irmãos que se não apartaram sem dôr do nosso gremio e anceiam por voltar a elle sem quebra das suas justas regalias.

* 26 de fevereiro de 1897.

Fortes com a nova constituição, cumpre-nos ter bem em vista o nosso fim supremo: imprimir á vida portuguêsa o cunho liberal que nos caracteriza. E oxalá chegue breve o dia em que a legislação nacional reconheça e consagre a legitimidade dos nossos esforços! Nesse dia, cessaremos de existir como instituição secreta, para gloriosamente nos confundirmos com os nossos concidadãos no seio politico da nação.

O segredo das nossas reuniões tornou-se tão anachronico com a civilização moderna, que muita gente lá fóra o não comprehende e aprecia com justiça, e a verdade é mesmo que nem entre nós se guarda fielmente. Este ar de mysterio que nos envolve, presta-se a todas as suspeitas e malsinações; e, como de facto nos não escondemos de ninguem, achamo-nos perante os poderes publicos numa situação tolerada que nos cerceia a liberdade d'acção, e, com ella, a nossa força e prestigio.

Eis porque julgo urgente empenharmo-nos pela legalização da maçonaria portuguêsa numa confederação de associações liberaes.

E' para isso necessario fazer uma campanha em prol do principio associativo?

Intentemo-la! O levantamento em massa das nossas hostes, na actual crise moral do país, será uma consoladora demonstração de que ainda ha felizmente por todo elle muitos corações devotados ao bem commum.

QUERIDOS IRMÃOS! *

Da faculdade concedida pela nossa legislação aos representantes das Lojas de fóra de Lisboa de transferirem o seu mandato a delegados por elles escolhidos entre os obreiros activos de qualquer Loja, resultou poder-se dar o abuso de não ser a Grande Loja senão quasi só a representação das Lojas da capital e de ser a sua maioria quem, pelo Conselho da Ordem, dispozesse em grande parte de toda a mais representação, da provincia, ilhas adjacentes e ultramar e do estrangeiro; e era fatal que, viciada assim na origem a autoridade dos

* 20 de maio de 1899.

poderes constituidos, havia de chegar um dia em que, travando-se apaixonadamente a luta no seio da Grande Loja, a minoria, vencida, se rebellasse contra a maioria. Foi o que ultimamente sucedeu, com grave perigo para a unidade maçonica.

Chamado a intervir no conflicto, fui direito á sua causa eficiente, e aconselhei uma reforma da lei eleitoral * que tornasse genuina a representação da maçonaria na Grande Loja, e, como dignos corolarios, a dissolução da Grande Loja, — que me fôra lembrada pelo seu proprio presidente, e que ella, cuja legislatura é simplesmente annual, me podia propôr sem sacrificio de maior, ao encerrar-se a sua sessão ordinaria que estava a concluir —, e a exoneração do Conselho da Ordem, — que d'egual modo me fôra proposta pelo seu proprio presidente, mas que, isoladamente, não fazia sentido, visto que o mais provavel era a reeleição do mesmo Conselho pela maioria que o apoiava.

Tendo previamente combinado com o presidente do Conselho da Ordem, chefe

* Já está hoje em execução.

da maioria, este plano de elevada reconciliação, porque era sobretudo de moralização das nossas leis e costumes, communiquei-o tambem á minoria; e começou-se a dar-lhe execução, votando a Grande Loja a reforma eleitoral. Então manifestou-me o presidente do Conselho o desejo de tentar ainda um acôrdo para evitar a eleição da Grande Loja antes da epoca normal, no que annui, por lhe dar mais uma prova da minha confiança; mas a sua tentativa, fôsse pelo que fôsse, não vingou. E depois encontrei-me desacompanhado.

Portanto, não me sendo possivel continuar a desempenhar-me da minha missão de supremo arbitro dos partidos dentro da maçonaria portuguêsa, cumpre-me apresentar-vos a minha exoneração de grão-mestre. E faço-o, penalizado de certo, mas com a consolação moral de que vos presto ainda um ultimo serviço, em troca de tantos que vos devo, e é o de exemplificar dentro da nossa Ordem a obrigação que corre a todo o funccionario ou corporação de renunciar ás suas funcções, quando não possa no seu posto continuar a bem servir a sociedade que lhas confiou.

Concurso pecuario *

Meus Senhores!

Agradeço ao sr. presidente da camara e presidente do syndicato agricola o favor de hospitalidade que me permitte occupar este logar de honra, tão lisonjeiramente para o meu antigo affecto por Montemór-o-Velho.

Eu nunca passava por deante desta villa, que não me estivesse tentando a visitá-la a sua soberba figura, coroada pelos muros vetustos do seu castello, que lembram ainda grandiosamente os heroicos tempos de incertezas e de dôres da fundação da nossa nacionalidade; e anciava por admirar a belleza destes sitios, que inspiraram a Fernão Mendes Pinto a ardente paixão das viagens que o levou por esse mundo a

* Em Montemór-o-Velho, 1 de maio de 1896.

correr as aventuras tão vivamente dramatizadas nas suas *Peregrinações*.

Montemór-o-Velho, que encerra no seu seio o precioso tumulo de Diogo d'Azambuja, o valente fronteiriço d'Africa, póde sentar-se com orgulho nas margens deste patrio Mondego — cujo curso, á semelhança da nossa historia, vem desde a serra da Estrella, isto é, desde Viriato, até ao oceano, isto é, até ás nossas navegações e conquistas — porque varios dos feitos illustres dessa historia esmaltam o seu brazão.

Mas não foram só as memorias do nosso passado e o meu amor pelas paisagens da nossa terra o que me trouxe aqui. Decidiu-me a vir hoje o convite do meu prezado amigo Alfredo Barjona, que me não perdoaria a falta á festa do syndicato agricola em que elle mais pensava, quando, com Diniz Moreira da Motta, iniciou em côrtes * a consagração legal desta ordem de instituições entre nós; convite a que amavelmente se quiz associar o digno presidente deste concelho e do seu syndicato agricola,

* Sendo ministro das obras publicas o auctor, que lhes prestou todo o apoio.

o sr. José Galvão. Eu não tenho quasi nunca outro meio de agradecer os obsequios, senão acceitando-os.

E agora cresce ainda o meu agradecimento, porque tive o gosto de conhecer de perto uma povoação que, respeitosa das suas nobres tradições, é sobretudo a continuadora das fortes gerações obscuras que, com o suor do seu rosto, amassaram o patrimonio territorial que usufruimos.

Aos technicos compete apreciar, com todo o conhecimento de causa, o certamen pecuario cujos principaes lidadores vamos premiar, e elles indicarão o sentido em que os creadores devam dirigir os futuros esforços para melhor os aproveitarem; a impressão, porém, que deste espectaculo se nos impõe a todos, é devéras consoladora, porque prova quanto póde a intelligencia e a vontade das nossas populações ruraes, ainda quando em luta com as inclemencias do tempo.

Eu saúdo os competidores e principalmente os vencedores deste torneio civilizador. E felicito o syndicato agricola pelo bom exito do seu commettimento.

Duarte Fava

MEUS SENHORES! *

E' sempre com lagrimas de dôr que vemos partir para a eterna viagem d'além-tumulo algum dos membros desta nossa familia portuguêsa, já de si tão pouco numerosa para as ousadias do seu genio; mas, quando esse membro realizava pelo seu caracter, como Duarte Fava, o perfeito modelo do cidadão, a sua perda fere intimamente a alma da nação no que ella tem de mais nobre, a sua sensibilidade moral. Com a morte dos bons, sentimo-nos enfraquecidos na nossa solidariedade social. Por isso é tão profunda a commoção que nos avassalla neste transe!

* Allocução proferida á beira da sepultura, em Lisboa, 10 de maio de 1896.

Duarte Fava era um destes generosos espiritos, cada vez mais raros, que sabem exemplificar pelas suas virtudes como se póde resolver dignamente o problema da vida, mesmo quando ella é tão difficil como entre nós se tem tornado a vida de todos que trabalham, mesmo quando ella é tão cheia de lutas interiores como a vida militar das nações atormentadas pelos desmandos da politica.

Meus Senhores! Neste logar sagrado pela religião de nossos maiores, todos que fomos amigos e companheiros de Duarte Fava, inspiremo-nos da sua memoria para proseguir corajosamente na obra patriotica a que elle de coração se devotou até expirar!

Rodrigues de Freitas *

Na crise tão dolorosa que atravessamos, quando o mal parece ter conquistado entre nós o reino deste mundo, mais que nunca se torna necessario que, ao menos na hora solemne do passamento, ao partirem para a viagem da eternidade, os homens de bem recebam a sua justa consagração.

Morreu com Rodrigues de Freitas um dos caracteres mais nobres da nossa terra. Elle era um dos raros membros, infelizmente tão dispersos, da classe dirigente, cuja virtude ainda tem logrado confortar com o seu luminoso exemplo a alma nacional, guiando-a amoravelmente pelos caminhos já quasi perdidos da honra e da salvação. E em tão permanente communicação com ella estava, e tamanha era

* *O Instituto*, julho de 1896.

a auctoridade que ao seu saber prestava a logica da sua vida, que bem póde affirmar-se que o seu pensamento fazia parte integrante da consciencia publica. Como professor ou como jornalista e tribuno, a sua personalidade insinuava-se; mas, embora a sua palavra escripta fôsse tão persuasiva, para ter perfeita idéa das faculdades de irradiação sympathica que o animavam, era necessario conhecer o orador. Elle sabia alliançar ao aprumo da sua inquebrantavel firmeza de convicções uma doçura, uma tal complacencia de tom e de maneiras, que irresistivelmente se apoderava do seu auditorio. E, por isso, porque era um delicado, não se envolvia em todos os combates. Não o retrahia a doença, mas a sua terna sentimentalidade. Lutador indefesso, procurava comtudo tomar a posição donde os seus ataques, visando aos erros sociaes, não pudessem ferir o coração dos seus concidadãos, que tanto amava. A sua politica era uma politica de bondade, cuja formula elle ainda nos legou no seu testamento: « devoção pelos doentes e pelos fracos ».

Filho do Porto, foi sem dúvida nos ultimos tempos a sua encarnação mais pura; e

a falta que lhe faz, não póde ser medida. Tantas vezes á custa da sua precaria saude, não houve momento difficil em que a sua voz dedicada não soasse bem alto para que a cidade do trabalho, centro potente de iniciativa e de independencia, theatro de acções generosas na guerra e na paz, mantivesse sem desfallecimentos contra todos os assaltos a sagrada bandeira das suas tradições. E oxalá, na fragua dos negocios, ella não deixe nunca de ouvir o seu appello!

A mim a noticia da sua morte feriu-me como um dobre de finados pelo eximio patriota de que se vê desamparada a revindição da liberdade e da justiça em Portugal, e pelo amigo, cuja perda me alanceia o coração com os espinhos da mais amarga saudade.

O estudo do paiz *

Principiou por dizer o conferente que de nada soffria mais o paiz do que da nossa inconsciencia nacional, da ignorancia em que vivemos da terra e da historia da patria.

Citou, como caracteristico, o facto de nem sequer termos um mappa usual, authentico, de Portugal. Só ultimamente se fez a campanha do estudo geographico dos Açores; se quizermos estudar a chorographia das ilhas adjacentes, havemos de recorrer ainda a mappas estrangeiros. Já temos alguns estudos apreciaveis das colonias, mas os estudos que os allemães têem feito das suas possessões ultramarinas são incompa-

* Conferencia na Academia dos Estudos Livres, em 19 de novembro de 1897, segundo o extracto de *O Seculo*.

ravelmente mais completos, superiores até, a muitos respeitos, aos que nós possuimos da metropole.

Falta-nos uma carta mineira que dê idéa das riquezas que o paiz encerra, e atlas que demonstrem a variedade da nossa flora e da nossa fauna.

Parece incrivel que, sendo nós um povo com os fastos mais brilhantes, mais grandiosamente épicos, não haja nenhuma grande obra original que os exponha integralmente, nenhum resumo fiel que os vulgarize. Para o seu estudo succinto são preferiveis os resumos estrangeiros.

Não quer isto dizer que entre nós não haja trabalhos valiosos de estudo do paiz. Têem contribuido, sem duvida, para elles homens de grande vulto, occorre logo citar Herculano, e varios collaboradores modestos, como Anchieta, que sacrificou a sua vida ao estudo das colonias. Os municipios têeem dado alguns subsidios para esses trabalhos, creando museus regionaes, e os de Lisboa, Porto e Coimbra, procedendo ao estudo dos seus archivos. E o estado tem cooperado tambem, modernamente, nesse sentido, creando as direcções dos trabalhos

geodesicos e geologicos, compostas de homens de sciencia eminentes, para a arte fundando o museu de bellas-artes, e para o estudo das nossas tradições industriaes o museu ethnologico, da iniciativa do orador.

São certamente serviços importantes, mas são apenas fragmentos; e desta insufficiencia e atrazo no conhecimento do paiz as responsabilidades pertencem sobretudo ao estado.

Na verdade, que tem feito o estado pelo estudo scientifico, artistico, industrial do paiz?

Quasi não existem laboratorios officiaes de investigação; os nossos museus e jardins publicos são poucos e mal dotados. Isto para o estudo do nosso meio. E, para o conhecimento do genio nacional e daquillo que ha de original no espirito português, que estudos existem? Nem ainda temos um diccionario completo da lingua vernacula, nem sequer sabemos a orthographia em que devemos escrever.

Não ha um inventario das riquezas astisticas que o paiz possue, e os artistas novos, tão sympathicos, clamam debalde contra a ruina dos monumentos e o desappareci-

mento das preciosidades que dia a dia se somem para ir parar a mãos estrangeiras. E' caracteristico o facto, apontado pelo sr. Ramalho Ortigão no « Culto da Arte », do governo ter recusado 50$000 reis para a impressão do catalogo da ultima exposição da arte sacra ornamental.

Num paiz agricola como o nosso, os estudos do solo são apenas incipientes, e sobre o nosso clima, tão variavel, mais importante ainda de conhecer para a nossa agricultura, nenhuns estudos se têem feito, apezar do orador os ter decretado. Tambem o orador ordenou a estatistica das produções agricolas, assim como a dos productos dos diversos ramos da nossa industria, e ellas ainda se não realizaram.

E que se tem feito para o estudo politico e economico da nação?

Não falando no censo da população, se temos para o commercio externo as estatisticas alfandegarias, para o commercio interior ha apenas, além da estatistica restrictamente bancaria, por elle mandada fazer, o platonico mercado de productos agricolas, e, para o serviço proprio dos ministerios, o centro de informações tambem

por elle creado, mas ainda até agora não aproveitado, a direcção de fornecimento de materiaes no ministerio das obras publicas. Para o conhecimento da sua vida politica e administrativa o estado nem sequer tem, como qualquer casa commercial, uma escripturação bem montada. Raro é o ministerio que tenha o tombo do seu material; e o material dos ministerios, como o material do paiz, corre o risco de se sumir.

O estado nem os elementos de estudo que tem, fornece á nação. Falou da falta que nos faz um mappa de Portugal para uso vulgar e das escolas; pois mandou-o elle fazer pela commissão geodesica, e esse mappa está prompto na pedra á espera de que um ministro auctorize a sua tiragem. Na maior parte dos museus não ha catalogos nem designações dos objectos expostos. As informações de que póde dispôr, o estado não as aproveita sequer para acudir ás crises do paiz; assim deixa, por exemplo, de fornecer pontualmente ao nosso commercio de vinhos as noticias sobre os mercados externos que lhe são enviadas pelos nossos consules. Nem mesmo se aproveita dellas para prevenir catastrophes que amea-

çam frequentemente o nosso paiz, e ainda até agora não cuidou de dar execução ao decreto de aviso das cheias e tempestades, referendado pelo orador.

O resultado de tudo isto é que o estado não só falta ao desempenho da sua funcção docente de elucidação do espirito publico; mas, não conhecendo elle proprio o paiz, não póde dirigi-lo. Esta a grande causa da sua má administração.

Sendo Portugal um paiz agricola e maritimo, encontra-se a braços com dois grandes deficits, o deficit cerealifero e o deficit da marinha mercante. E o estado que os desconhece, nada faz para os extinguir. Ha muito que a lavoira raclama adubos e sementes seleccionadas para a cultura intensiva do trigo, e não consta que fossem distribuidos senão durante a sua gerencia. Os nossos estaleiros, que ainda ha pouco tempo contavam dias festivos, vão-se tornando cada vez mais abandonados.

Como o estado não conhece os recursos do paiz, favorece industrias que poderiam viver por si proprias, descurando outras que necessitavam de ser protegidas. Exemplifica com a industria do ferro, industria por

excellencia, que era necessario crear com um impulso vigoroso, assumindo mesmo o estado a sua administração; e com a industria dos edificios publicos, que o estado devia entregar á administração particular.

E, como na sua ignorancia das coisas do paiz o estado administra geralmente mal, as consequencias desta má administração são os excessivos impostos, os desastrosos emprestimos, e finalmente as suspensões de trabalhos que arremessam as classes laboriosas a taes extremos de miseria, que alguns operarios têem chegado a abdicar da propria dignidade, pedindo para serem enviados como vadios para as colonias...

Emquanto que por toda a parte se procura desenvolver as associações de classe, ha muitas pelas nossas provincias que nem sabem como hão de constituir-se, porque os governos ainda não publicaram para as orientar o modelo de estatutos que o orador durante o seu ministerio mandou fazer.

E como ha de o estado promover e dirigir a vida collectiva das localidades, se ainda ha pouco se romperam os vinculos historicos dos municipios, sob pretexto de

imaginarias economias? Ninguem mais do que elle, orador, é amigo da economia, mas não se deve ter uma concepção de chatins, despresando os direitos adquiridos pelas populações á custa dos maiores e mais prolongados esforços. Deviam-se respeitar todas as entidades locaes, a exemplo do que fazem a Allemanha e a Inglaterra, que têem augmentado mesmo o numero desses prestantes intermediarios administrativos.

Não é preciso, e é um erro, distribuir os mesmos encargos a todas as corporações de egual categoria. Proporcionem-se ás suas forças. Mas respeite-se a existencia de todas as corporações com direito a ella, porque são quasi as unicas escolas de socialização que ha espalhadas pelo paiz.

Fala-se em supprimir districtos. Trate-se mas é de resuscitar as nossas antigas provincias.

A vida politica do estado é instavel, porque se não funda no conhecimento do paiz. Por isso as leis se reformam continuamente e quasi nunca se cumprem.

Dahi a anarchia e a dissolução dos laços sociaes, que vai até ao ponto de se pensar no desmembramento da patria, na venda

das colonias, como se ellas fossem umas simples propriedades territoriaes e não representassem para nós tambem um sagrado encargo de almas, como se nós não tivessemos para com ellas de desempenhar uma grande missão historica civilizadora, que nos não é licito declinar.

E o peor é que todos estes males parecem irremediaveis, porque, como não ha verdade e publicidade na administração, como o paiz a não conhece, não póde fiscalizá-la.

Indigna a todos a idéa sequer duma fiscalização estrangeira. Portanto, termina o conferente, até pelo motivo supremo de amor á nossa soberania e de decoro e salvação nacional, votemo-nos todos ao estudo da nossa querida patria.

Mousinho d'Albuquerque

Minhas Senhoras e meus Senhores! *

Já se não póde agora dizer, depois das fulgurantes victorias do nosso exercito, que vivemos indignamente apenas dos reflexos do esplendor passado! A gloria de Mousinho d'Albuquerque não o illumina só a elle, mas a toda a nação, que, pelas assombrosas proezas dum dos seus filhos, acaba de revelar de novo ao mundo os inesgotaveis tesoiros de valor que o seu coração encerra. E' como a lamina daquella espada a rija tempera do caracter nacional!

Quem, ao vê-lo partir para a Africa, vaticinara as suas epicas campanhas? Pois

* Allocução pronunciada na presidencia da sessão solemne do Centro Commercial do Porto, em 17 de janeiro de 1898.

ninguem, neste lance de expiação, representa como elle, até na melancolia da sua figura, a alma da nossa gente, como elle torturada e sonhadôra, como elle ardente e ousada até ao heroismo!

Quantas dedicações obscuras não jazem ahi, anciosas por acudir com o seu braço e com o seu peito pela felicidade da patria? Chamem-nas, attraiam-nas; e do seio do nosso abençoado sólo brotará, como por encanto, uma formidavel legião de austeros batalhadores promptos a todos os commettimentos que possam revindicar-nos o nosso antigo pôsto na vanguarda da civilização.

A fôrça atavica dos nossos brios não se extinguiu! Sabem o que ha de sobrehumano no arrôjo de Chaimite? é a herança de honra dos antepassados, que se sublima de geração em geração até aos mais impossiveis prodigios! Por cada um dos seus membros que prodigaliza, esta familia Mousinho d'Albuquerque resuscita cada vez com mais arranque no indomavel denodo dos seus descendentes. Permitta Deus que assim succeda á grande familia portuguêsa!

Que é preciso para nos salvarmos? uma só coisa: que communguemos com os nossos

bravos soldados no mesmo espirito de nobre sacrificio, e sejamos tão bons cidadãos para o governo do paiz como elles se provaram na sua defesa. Eis a lição moral que, sobretudo, pretendo tirar dos nossos brilhantes feitos d'armas.

Senhor Joaquim Mousinho d'Albuquerque! Não tenho medalhas para lhe entregar; mas, se as trouxesse, seriam feitas do ferro luzente das nossas charruas e das nossas bigornas para bem fielmente lhe traduzirem toda a esperançosa gratidão do nosso povo.

Contra o convenio *

O comicio, explicou, era promovido por um grupo de patriotas que pelo paiz tem espalhado contra a conversão um protesto, já coberto de muitos milhares de assignaturas.

Como nem todos saibam o que seja a conversão, vai, em breves palavras, expô-lo.

E' da instrucção e educação politica do povo que ha de resultar a resurreição nacional. Quando elle conhecer os seus deveres, não será uma oligarchia quem nos reja, mas um verdadeiro governo de nação livre.

A concorrencia ao comicio é uma prova de que o povo assim o entende e corre a preparar-se para tomar o posto que lhe

* Allocução na presidencia do comicio de 6 de março de 1898 em Lisboa, segundo o extracto de *O Seculo*.

compete. Elle não é, como as classes dirigentes apregoam, indifferente ás questões publicas, e a ellas é que cabe a responsabilidade do amargurado transe por que se está passando.

Cessem as tentativas de governo pessoal. A dictadura é um enxovalho que a todos vexa com os seus desmandos, infamando-nos ante os estrangeiros. Não é no poder pessoal que reside a força da nação, mas sim na vontade collectiva de todos os cidadãos. O nosso primeiro inimigo é o inimigo interno. Vençamo-lo, e teremos força para arcar com as imposições estrangeiras.

A conversão da divida externa é uma questão importantissima para o paiz. Mas o que o governo planeia, não é uma verdadeira conversão, porque não se trata de reduzir uma divida noutra de menores juros. E' exactamente o contrario. E, compromettendo-nos num novo emprestimo, hypotheca-nos grande parte dos bens que ainda nos restam.

Não! Queremos viver dos nossos recursos. Queremos pagar o que devemos, e não accrescentar as nossas actuaes respon-

sabilidades, lançando-nos numa aventura, em que mais uma vez arriscamos os nossos creditos.

Muito temos já perdido do nosso patrimonio, mas o que ainda nos resta, não consentiremos que no-lo vão alienando pela hypotheca. A garantia dos homens de bem é a sua honra, e nós não queremos dar outra!

E iriamos offerecer não um penhor proporcionado á divida que se tenta contrahir, mas, montando os juros da nova divida a 6.000 contos, um penhor de 12.000 contos annuaes! Qual será então a garantia dos credores internos, que possuem papeis do estado, principalmente dos estabelecimentos de beneficencia, como misericordias, hospitaes, asylos, etc.? Coisa alguma.

Os rendimentos aduaneiros, que são os reguladores do trabalho nacional, vão ser hypothecados. E como de futuro o defenderemos? Como reformaremos os impostos de importação, ficando elles na dependencia dos credores externos? Não ha prisão individual por dividas; mas prende-se a nação e escraviza-se.

Para se avaliar do requinte de crueldade que presidiu á confecção da lei, basta dizer

que é preciso, ainda depois de promulgada, que os credores externos a acceitem. Crê não haver parlamento que sanccione um projecto tão desvairado, porque seria uma espoliação, a alienação dos nossos direitos constitucionaes.

Não são competentes para o discutir as côrtes ordinarias. Tenha o governo a coragem de convocar côrtes constituintes, e veja ahi se o paiz deixa passar o attentado. Ahi deveriam, para isso, ser transformadas as attribuições dos poderes do Estado, exarando-se que o poder moderadór, chave de todos os poderes, é constituido pelo rei com os credores externos, que juntos exercem o poder executivo pelos seus ministros.

Na campanha contra o convenio, o auctor fez tambem no mesmo anno duas conferencias, em Coimbra e Aveiro.

Joaquim Martins de Carvalho *

Nada tão edificante como o espectaculo da ascensão moral do homem! Contemplando-o, reconhecemos, absortos, que, de todas as fôrças do universo, nenhuma póde medir-se com a da vontade. Não ha obstaculos que ella não vença; e, quando, cançado de a acompanhar na sua aspera carreira pelo bem, o organismo desfallece, ella ergue victoriosamente para o ceu a alma humana, que de lá fica para sempre illuminando as outras almas com o seu resplendôr.

Joaquim Martins de Carvalho foi um acabado exemplar desse inegualavel poder.

Pobre e desajudado, a si proprio se fez pela mascula energia do seu caracter. Era um mesquinho operario, e chegou a ser um dos nossos mais valorosos publicistas,

* *O Instituto*, novembro de 1898.

comprovando assim com o seu admiravel exemplo que não ha eschola que suppra a da vida, nem disciplina como a da adversidade. Já nos ultimos annos de existencia, agrilhoado pela doença á casa e por fim ao leito, a frescura do seu rosto testemunhava a todos o viço daquelle cerebro, que era uma maravilha de memoria e de erudição.

Trabalhador indefesso, os revezes da sorte infundiram-lhe o dom do sacrificio; e a hombridade com que arrostou os maiores perigos nas lutas contra o depotismo, nunca mais esmoreceu no seu coração patriotico.

Elle fez da imprensa uma tribuna de propaganda ardente, donde sem cessar celebrava os feitos e as datas gloriosas ou infaustas da nossa historia, memorando piedosamente o nome de cada heroe ou martyr da liberdade e independencia nacional, e donde, com egual perseverança e com intransigente denodo, denunciou sempre os riscos que a democracia corria pela sua propria incuria ou pelas ameaças dos poderosos. E o prestigio do seu civismo communicava-se á sua palavra, que era por todos escutada com veneração. Tanto a

auctoridade moral se impõe, ainda em meio das sociedades scepticas e corruptas!

Esta cidade sobretudo deve-lhe um profundo amor, só comparavel ao que tambem por ella e pelos seus membros mais desvalidos teve outro filho do povo, Olympio Nicolau Ruy Fernandes; e o Instituto de Coimbra, — a cujo gremio elle pertencia, honrando as letras com as suas pacientissimas investigações —, do coração pranteia saudosamente o seu trespasse.

Centenario de Garrett

Minhas Senhoras e meus Senhores! *

Lembram-se de quando, ao saber casada em segundas nupcias a esposa, que o julgara morto em Alcacer-Kibir, D. João de Portugal, velho e desfigurado, á pergunta — Quem és tu? — responde, apontando com o bordão de peregrino para o seu bello retrato juvenil de cavalleiro — Ninguem. —?

Quantas vezes tambem, confrontando as magnificencias d'outrora com as miserias presentes, nós não temos soluçado o mesmo grito de desalento!

Não! A lei geographica que põe ao pés das mais soberbas eminencias os abysmos mais profundos, não se verifica no mundo

* Discurso proferido na presidencia da sessão solemne celebrada pelo Atheneu Commercial do Porto em 4 de fevereiro de 1899.

moral. Nós não estamos condemnados a expiar ignominiosamente a gloria deslumbrante dos nossos fastos. As grandezas historicas, se são como as altas montanhas, é porque, como ellas, pela sua fôrça de attracção, desviam da quéda os corações piedosos que fielmente se inclinam no seu culto.

Não! Não póde estar morto nem moribundo um povo em cujo peito palpita sempre viva a religião dos seus maiores! O que faz a fôrça das nações, é a sua cohesão, a sua cordialidade; e nós, reunindo-nos perante o altar da patria para celebrar com todo o fervor a memoria dos nossos queridos mortos, não estamos longe de estreitar indissoluvelmente os nossos vinculos sociaes. Commemorações, como esta, são efficacissimas escholas de civismo.

Dentre os genios bons da nossa terra, nenhum mais do que Almeida Garrett merece as homenagens posthumas dos seus compatriotas, porque ninguem contribuiu mais do que elle para a reviviscencia da sociedade portuguêsa.

A sua nobre figura destaca á frente da legião sagrada dos audazes campeadores

da liberdade entre nós. Não ha só a tyrannia das instituições e dos costumes, ha tambem, e é a sua alliada, a tyrannia dos preconceitos, das academias e dos classicos, da moda e da rotina; e, emigrado e soldado da nossa emancipação politica, pela .qual se bateu dentro das linhas de defesa desta invicta cidade, Garrett foi ao mesmo tempo um dos principaes caudilhos da emancipação do espirito nacional. *Camões, Fr. Luis de Sousa,* as *Viagens na minha terra,* desferem golpes tão decisivos no absolutismo, como Almoster e Asseiceira.

E com que enternecido affecto elle se desvelou sempre pelos fracos e humildes! Tudo com o povo e pelo povo! exclamava. É que effectivamente não são só os sabios e os artistas que possuem o condão das idéas e das emoções originaes, como não só ás classes altas da sociedade pertence privilegiadamente o arbitrio do poder. Assim como aquella simples creada Brigida e até a pobre da mulata Rosa de Lima fôram as dôces collaboradoras de Garrett, assim o povo, ainda o das raças conquistadas para a civilização, deve ser discretamente chamado a collaborar com o seu voto no

governo da collectividade. No povo reside a inspiração profunda de todo o progresso, e é preciso consultá-lo.

Desta concepção resulta o grande principio moderno da democratização do ensino. Quantas observações que não têem podido desabrochar na consciencia publica por falta de cultura! e quantos sentimentos delicados e generosos se não perdem á tôa, que preciosamente se deviam engastar no oiro puro da lingua vernacula! Como havemos de ter sciencia, arte e industria, como havemos de respeitar a justiça, se não prepararmos cabalmente a massa dos operarios e cidadãos? Onde iremos recrutar os mestres e os magistrados? Onde acharemos publico para as nossas obras primas, onde apoio para a virtude? Por isso Garrett se dedicou tanto á causa do ensino, e publicou o seu tratado da *Educação* e ambicionava mesmo que toda a sua obra se diffundisse educativamente pelo povo. « A missão do literato, do poeta, disse elle, é revestir das fórmas mais populares o estudo dos factos, e derramar assim pelas nações um ensino facil, uma instrucção intellectual e moral que, sem apparato de sermão ou prelecção,

surprehenda os animos e os corações da multidão. »

E não só a educação, mas toda a assistencia se deve ao povo. Neste sentido, o socialismo é uma verdade incontrastavel; e Garrett foi dos primeiros a proclamá-lo. Na camara dos pares, dos magnates, proferiu elle estas notaveis palavras: « A sociedade deve esforçar-se em fornecer trabalho ao que precisa trabalhar para viver; a sociedade tem obrigação de sustentar o que envelheceu e se impossibilitou no serviço della. » E accentuou: « Amparar o seu semelhante, valer-lhe nas afflicções, na pobreza, na doença, na morte, é innato desejo, é natural precisão de todo o homem social: o que será entre portuguêses! »

Quer isto dizer que Almeida Garrett fôsse um revolucionario? Foi-o, sobretudo, com a penna na mão; mas não que elle não preferisse que a evolução, que é a lei suprema tanto da sociedade como da natureza, se operasse serenamente entre os homens. Num prefacio do *Catão*, — tragedia que, com visivel intento, dedicou á sua terra natal, ao Porto, chamando-lhe

« illustre pelo sangue dos seus martyres » —, elle tracejava assim a literatura do porvir: « Da união da arte antiga com a arte moderna, da plastica com o espiritualismo, do bello das fórmas com o bello ideal, do consorcio da Helena homerica com o Fausto dantico, é que tem de nascer o bello Euphorion, o genio, o principio, o symbolo da arte regenerada ». E esta foi essencialmente tambem a formula do seu pensamento politico; queria conciliar o progresso com a ordem. Mas, para que na marcha das nações a evolução se realize ordeiramente, é mister que as classes dirigentes, a exemplo de Garrett, se inspirem com toda a lisura no bem publico, que é sobretudo a integridade e a honra nacional. Se os poderosos abandonam o povo, e elle se encontra apenas com um punhado de intransigentes para revindicar todos os seus direitos, direitos individuaes, direitos associativos e corporativos, direitos constitucionaes, todos, desde o direito de prover á alimentação e instrucção dos seus filhos até o direito de não vêr polluida nem infamada a bandeira augusta dos seus antepassados, que admira

que um dia estale novamente a revolução, com todo o seu infando cortejo de desastres e dôres? Num desses desesperados transes tambem Garrett teve de pegar em armas.

Procuremos evitá-lo, Senhores e minhas Senhoras. A todos me dirijo neste momento solemne. Façamos tudo por combater o mal sem ferir a ninguem; que, para afugentar as cubiças dos maus, bastará, — espero-o —, que sempre, como hoje, ergamos bem alto para o ceu, com inalteravel brilho, a chamma ardente do nosso patriotismo.

Em 19 de março de 1900 o auctor fez na Figueira da Foz uma conferencia em prol dos direitos da mulher, a convite da Associação educativa da mulher pobre, daquella cidade. Será incluida no livro « A creança, a mulher e o povo », em via de publicação.

Pela liberdade *

Duas fôrças sobretudo dominam o mundo, maiores que todas as outras, a liberdade, que é a maior fôrça singular, e a sociabilidade, que é a maior fôrça collectiva. Harmonizá-las, eis o problema. Unidas, dão a prosperidade e grandeza das nações e da humanidade; separadas, em conflicto, a sua decadencia e ruina. E tão condemnavel é a selvageria licenciosa que attente contra os laços sociaes, como a escravatura corporativa que suffoque as livres aspirações das almas.

Veja-se como o nosso tempo lhes presta indiviso culto!

O socialismo é um dos seus motes. E' o tempo da maior sociabilidade. A sociedade tem estendido a sua assistencia a todos, até

* Opusculo publicado em abril de 1901.

aos mais miseraveis. Póde mesmo dizer-se que é o tempo dos infinitamente pequenos tanto do mundo physico como do mundo moral. Da mais intima integração geral de todas as classes e dum immenso amor pelos fracos, pelos infelizes, — povo, mulher e creança, enfermos e degenerados —, é que tem sido feita a arte, a industria e a sciencia, a moral e o direito, toda a riqueza e toda a bondade que se encerra nos tesoiros da civilização hodierna.

Mas o nosso tempo é conjuntamente o tempo da liberdade. O liberalismo é o seu outro mote. Por toda a parte se arvora neste momento o pendão liberal: irlandêses e böers contra o imperio britannico, na Austria-Hungria os tchecas, na Allemanha as populações annexadas, na Russia a Polonia e a Finlandia, na Turquia a Macedonia e a Armenia, esses martyres armenios tão desamparados de todos. Que era ainda ha pouco a questão juridica Dreyfus em França e a questão eleitoral na Belgica, que é a actual questão partidaria na Italia, tão ardentes, senão questões de liberdade? Não é outra a questão religiosa que, agora, agita e perturba França, Espanha e Por-

tugal, e que não é só a questão religiosa com a egreja catholica, porque convulsiona ao mesmo tempo os animos tanto em S. Petersburgo como em Budapesth. E que é por todo o mundo a questão chamada social senão fundamentalmente uma questão de liberdade, de revindicação da liberdade de trabalho e da liberdade de economia? Vivem e progridem as nações que a honram, como a Suissa, de Guilherme Tell, e os Estados Unidos, de Washington, como o renascente Japão parlamentar; vacillam e desfallecem as que a injuriam e perseguem, como a Austria, de Metternich, a Espanha ultramontana, e a Turquia e a China despoticas.

Quem desconhece que o indefesso desinvolvimento da industria moderna assenta na conquista e senhorio cada vez mais amplo da sua liberdade? Já hoje, mercê de Deus! não é necessario a ninguem pedir licença para ter um moinho, um lagar, um fôrno. E que é a industria em si mesma senão a emancipação crescente, formidavel, da acção do homem perante as fatalidades naturaes? Pois todo o avanço, não menos prodigioso, da sciencia contemporanea se

assignala tambem inicialmente por uma libertação, e não só do homem, atè da propria natureza. Que são as descobertas physicas e chimicas de novos corpos e de novas forças e de tantas das suas radiações, anciosas de se resgatarem da brutalidade cahotica que a um tempo as esmagava e impellia para as conflagrações revolucionarias, que são senão a outorga da sua autonomia? Que é a biologia actual senão, antes de mais nada, a carta de alforria do organismo, que, ainda não ha muito, taxado de incapaz de se reger por si, electivamente, se submettia ao ferrenho despotismo da velha fôrça vital? E a psychologia, que pretende ella senão do mesmo modo arrancar as almas á usurpação e tutela degradante de toda a potencia sobrenatural ou estranha? Na arte a liberdade mudou todos os gôstos. Passou-se em cada uma das suas manifestações, na architectura, no arranjo interior das casas, na jardinagem, na grande e na pequena arte, duma arte symetrica, formalista, convencional, a esta especie de desalinho elegante, de rusticidade proposital, de desafôgo das coisas, que é hoje moda em tudo. Um simples ramo, em cuja es-

tructura geometrica dantes se contorciam inquisitorialmente as pobres flôres, hoje, para nos agradar, ha de enfeixá-las brandamente, como que negligentemente, deixando-as quasi no mesmo livre desplante com que se abraçariam no macisso natal. O artista moderno destaca pela liberdade da sua inspiração; e, assim como a sciencia foi dando fóros de existencia a tantos seres e fôrças obscuras, assim tambem a arte foi descerrando de sob o desdenhoso e escarnento orgulho dos grandes toda essa elegia de dôres e de dedicações dos simples, que, mais que nenhuma outra, tem o dom de nos commover. A nossa moral é a moral da iniciativa, do esforço, do respeito pela personalidade de todos, homem ou mulher, adulto ou creança, seja letrado ou analphabeto, tanto do individuo válido como do doente, de todos, até pela personalidade do louco ou do criminoso. O nosso codigo de justiça é uma declaração de direitos; e instituições politicas e economicas, umas e outras, tendem a constituir-se liberalmente, cooperativamente, pelo suffragio universal. A liberdade, diffundindo-se cada vez mais, vai até aos antipodas, onde já

investe as raças indigenas na faculdade de legislarem por si na sua propria lingua. Não atrophiem, não martyrisem os recemnascidos com faixas! clamou amoravelmente Rousseau. E temo-las tirado a tudo e a todos.

Se o passado foi de tragicas lutas e o futuro se nos antolha de dôce e risonha paz, o grande, o glorioso e immortal vencedor de todas as eras, que nessas lutas tem vindo terçando sem esmorecimento por implantar para sempre a paz na terra, é a liberdade. Com ella triumphou a egreja, acolhendo no seu seio ainda os mais desherdados e abrindo-lhes accesso a todas as suas dignidades até á mais alta.

Amamo-la em tudo que no-la represente, na curva imprevista e fugidia duma azinhaga, esquivando-se pela encosta, na petulante moita de flores silvestres que de repente nos assalta dentre as fendas musgosas dum velho muro, no canto desgarrado do rouxinol ao desafio com o luar por noite serena de verão, na irrequietação, na chamma crepitante da alvorada infantil, que é toda ella uma aspiração, uma ancia de liberdade; e amamo-la sobretudo no que

grandiosamente a exemplifica, na larga atmosphera das montanhas, na vaga estuante da maresia, na alterosa envergadura da aguia, e, mais que tudo, nos rasgos patheticos de abnegação dos caracteres inquebrantaveis. Amamo-la tanto, que só a idéa de a perdermos nos tortura, e, achando-nos aprazivelmente em qualquer parte, venham dizer-nos que não podemos sair dali, no mesmo instante o receio se nos commuta em afflicção; tanto, que sempre uma empreza facil, que pouco exija de nós, nos deixa inertes e até nos dissabe, nem que fôsse uma affronta e violação intentada contra ella. Amam-na as creanças, que, ainda ao collo das mães, por ella logo estrebucham para que as deixem ir pelo seu pé; os rapazes, que nada julgam impossivel e têem todas as audacias, como se a encarnassêm no seu ardor juvenil; e os velhos, como esse venerando ancião do Porto que, outro dia, rompendo por entre as alas dos cortezãos, a foi reclamar em frente do chefe do estado com o vibrante accento da mais arraigada convicção. E como não havemos de amá-la nós, portuguêses, se do seu amor é que nasceu e foi crescendo esta

nossa querida nacionalidade, se, pela sua paixão, é que os nossos maiores, em perigos e guerras esforçados, mais do que promettia a fôrça humana, da lei da morte se foram libertando?

Liberdade e sociabilidade são inseparaveis, uma é a condição e a lei suprema da outra. O progresso é sobretudo obra de cordialidade, mas é antes de tudo obra de independencia, de hombridade. Sem liberdade não ha verdadeira sociabilidade. A tyrannia juxtapõe; mas recalca, destece, não socializa. O socialismo, revista a fórma que revestir, leigo ou religioso, seja qual fôr o seu escôpo, ou ha de ser liberal, organizar-se liberrimamente, ou, mentindo ao seu nome, não passará dum absolutismo, condemnado pelo seu vicio organico a não attingir fim algum elevado e nobre. Os meios não são indifferentes ao fim. Justiça, riqueza, poderio, só podem firmar-se inabalavelmente sôbre a liberdade.

Mas, se todas as liberdades são legitimas, não é uma dellas a d'associação? Não poderemos associar-nos como quizermos? Sim! todas as liberdades são legitimas, menos a de a alienar. Temos o direito

de livremente nos associarmos, mas livremente! Pobres ereaturas, consumidas e desvairadas pela febre do bem, sedentas de ideal, que, no arroubamento do seu sonho radioso, tudo sacrificam, até a propria liberdade! Como se illudem! Num coração escravo não póde vingar a sanguinea, a alegre, a triumphal flôr da virtude; e, se ahi mesmo, por um arrojo da natureza humana, que é quasi sempre da ingenita bondade feminil, ella consegue brotar e expandir-se, enfeitiçando-nos os olhos com as primicias das suas graças, ai! bem cedo a cresta e emmurchece o cálido vento do mal, o terror, a superstição.

O sacrificio da liberdade, não! Se nenhum outro sacrificio tem valor senão pelo que a retempéra e acendra, incutindo-lhe novos alentos! se esse valor não quer mesmo dizer senão que ella vale mais do que todos os outros bens! O sacrificio é a victoria da liberdado. Com ella, todos os outros bens se conquistam; sem ella, não ha nenhum que valha e seja puro e duradoiro. Nada nos deve levar a sacrificá-la, nem o amor da profissão, nem o da familia, da corporação, da patria ou da humanidade,

nem o amor de Deus, essa encarnação suprema do bem universal. Seria um desassisado amor. Sem ella, nada! Porque é que a cabeça de Christo resplandece sobre nós com tão celestial clarão? é porque vida, tudo, elle sacrificou á libertação das almas. E, se podemos crer que elle resuscitou no mundo, é porque a sua obra de libertação ficou.

Arte, industria, sciencia, são sem dúvida grandes, apeteciveis bens; mas apetecem-se sobretudo pelo poder, isto é, pela liberdade que dão ao homem. Mais que ao desenvolvimento da nossa intelligencia pela verdade, da nossa emotividade pelo bello e da nossa actividade pelo que nos é util, prezamos o desenvolvimento da propria liberdade, sem a qual nem mesmo ha, não póde haver, creações artisticas, invenções industriaes, descobertas scientificas, que todas são fructos só colhidos pela nossa iniciativa, pelo nosso desinteresse, pela nossa coragem, nos altos ramos dessa paradisiaca arvore do bem e do mal, radicada em cada um de nós, que, ás vezes, sacudida pelo erro ou pela dôr, infelizmente degenera, mas em cujos profundos vasos circula e palpita a seiva

vivificante dos mais abençoados heroismos. Arte, industria, sciencia, que fazem afinal senão evocar á liberdade, com as fôrças da natureza, as emoções, as idéas, as sensações e acções, que são as fôrças de que se compõem as faculdades da alma? Pela obra fremente do genio passa sempre um sôpro arrebatador, que estimula, aquece e alevanta os brios da humanidade.

Não falando dos paizes de maior civilização, onde o operario, como dantes o cavalleiro, já calça luvas, não para empunhar uma arma mortifera, em luta d'homem para homem, mas o martello, o escopro, o alvião, na luta com a pedra e com o metal, onde as classes trabalhadoras têem palacios de reunião, e se professam cursos superiores de trabalho manual para ferreiros, carpinteiros, entalhadôres, etc., e se explica e commenta Homero e Platão aos mineiros, onde ha Universidades para a mulher estudar e Faculdades para se estudar a creança; porque é que estamos abaixo mesmo de povos, ha meio seculo ainda na barbarie, quasi ainda sem historia, que já ostentam tresdobrada producção da nossa? Porque é que quasi nada produ-

zimos de original, não temos monumentos modernos, e passamos a maior parte do tempo a decorar e copiar o estrangeiro? Porque ignoramos tanto os recursos do nosso sólo e do nosso clima, dos nossos mares e das nossas colonias, e nem conhecemos os nossos proprios recursos pessoaes, os preciosos dons atavicos de poesia, de experiencia e de aptidões transmittidos a cada um de nós pelos nossos valorosos antepassados? Porque temos inculta metade das nossas terras e a maior parte das nossas aguas, e quasi sem cultura o nosso espirito? Porque é que não possuimos bastantes estradas, caminhos de ferro, telegraphos, canaes e portos? Porque não possuimos marinha, nós, antigos navegantes e senhores dos mares? Porque não temos uma philosophia, uma moral? Porque não temos fôrça, riqueza e valimento? É, primeiro de tudo, porque não temos liberdade. De tudo necessitamos, mas de nada tanto.

Quem é livre em Portugal? O rei, os chefes, os grandes? Qual é delles o que mostra a liberdade de preferir os bons, de os chamar a si, de com elles fazer o governo da nação? São livres os ricos?

Quantos se livram da tentação dos prazeres grosseiros e sensuaes deste nosso meio, para fazerem a vida espiritual e social do homem civilizado? E' livre o pobre? Esse nem a liberdade tem de dizer do seu direito, e é a cada passo empurrado para fóra da sociedade. Ao requerimento dum desgraçado, que solicitava merecida protecção, um director geral poz textualmente este despacho inverosimil: *Para quando houver maré.* E' livre a mulher? Na familia, uma escrava; na sociedade, até se pensaria mal da que viesse pleitear as suas franquias. Quem é livre entre nós, onde tudo se faz por empenho e nada sem elle, tudo se trapaceia, e nenhum preceito tem fóros de cidade, nem o mais elementar preceito hygienico? Quem, individuo, corporação, tem aqui seguros os seus direitos? A provincia? Não ha. O districto? E' como se não existisse. São livres os municipios? Extinguem-se e dissolvem-se todos os dias as suas vereações discrecionariamente. Que liberdade temos? A da instrucção? Ha quatro milhões de analphabetos. A do trabalho? Quem tem entre nós a liberdade de seguir a sua vocação? quem garantido

o preço remunerador da sua lide, garantida a estabilidade, o dia seguinte do seu mister? O productor vive sob uma inquietante ameaça de arbitrios, de incertezas e de riscos economicos; o pequeno proprietario, desajudado, avergado de impostos, inveja a sorte nomada do simples jornaleiro, pobre, mas sem dividas; e o pobre jornaleiro, para ter a liberdade de trabalhar e de ganhar o pão para si e para os seus filhos, emigra. Temos a liberdade de palavra? Por toda a parte se abafa ao egoismo a voz da razão e da justiça. Prohibem-se as conferencias, apprehendem-se os jornaes. A de reunião? Está na mão da auctoridade. A de associação? Quantos são os que ahi livremente se associam? Tentam-no as classes laboriosas das cidades e dos campos; mas com que custo, se nem dizem aos operarios como elles hão de redigir os seus estatutos! Temos a liberdade de fazer o bem? Onde estão os meios? Que é do patrimonio nacional milagrosamente amealhado com tanta canceira e tantas lagrimas, mas com tão inquebrantavel intrepidez e perseverança, pelo nosso bom povo? Tudo se tem centralizado em Portugal: consti-

tuição, administração territorial, fomento, ensino, inclusivamente a caridade. O principio electivo, que, até para a formação da camara dos pares, já em 1837 era acceito ao conservador Garrett e que em 1885 era defendido e implantado por um gabinete conservador, a que presidia Fontes, vai sendo banido de toda a nossa legislação e desapparecendo por completo das nossas instituições. Encontramo-nos no regimen do estado-providencia; e o estado, que tudo absorve e por isso todos os apetites e cubiças desperta, tudo adultera e frustra e dissipa e aniquila.

Quer isto dizer que fôsse chimerica toda a portentosa campanha dos nossos constitucionaes, e fallazes as liberdades que nos legaram? Não! Ainda que a houvessem perdido, e ainda que nenhuma houvessem conquistado, bastava o seu magnanimo exemplo para nos edificar. O que isto significa, é que desaproveitámos a herança e a temos calcado aos pés. Herdámos os principios, mas não os respeitamos e mantemos; e, quando expressamente os não derogamos, infringimo-los pelos nossos costumes, voltando a reger-nos pela lei con-

suetudinaria da velha relaxação e solercia.

Em nada affirmamos a dignidade d'homens livres. Veja-se o ensino: a reforma mais urgente que ha a fazer nelle, é dar-lhe liberdade. No primario é preciso refazer a obra democratica de D. Antonio da Costa e de Rodrigues Sampaio. O secundario, é preciso abri-lo rasgadamente á educação da classe media, ainda hoje sem logar nos nossos lyceus. No superior é indispensavel começar por proclamar, como direito supremo, sem o qual não ha sciencia nem auctoridade no magisterio, a liberdade de pensamento, hoje amordaçada por um obsoleto juramento religioso e politico, que nem a visinha Espanha já exige; e depois dar a Lisboa e Porto o direito de organizarem tambem em centros universitarios as suas aulas, dar a cada Universidade, com toda a autonomia, o direito de escolher o seu reitor e os seus decanos, dar a todo o homem de comprovada competencia o direito de professar nos estabelecimentos officiaes, e ao professor, quer official, quer officioso, o de fazer trabalho original, especializando-se dentro do seu programma, e

dar ao alumno o direito de escolher a sua Universidade, o seu professor e as disciplinas do seu curso, e o de trabalhar ao lado do professor, dispondo, como elle, dos livros, exemplares, apparelhos e instrumentos publicos. E é preciso que em todos os graus e ramos, o ensino, deixando de ser uma catechese, como hoje é geralmente, tanto em religião como no direito, como na mechanica e na engenharia, se ministre de modo que a instrucção, em vez dum apprendizado de servidão e de ociosidade, seja, como deve ser, o genuino apprendizado dos officios sociaes, que só se póde fazer, não esqueça! praticando-os. E' tudo questão de liberdade. Diz-se que não emprehendemos reformas, porque nos falta o dinheiro. Ahi estão todas essas, que não custam um real. O que primeiro nos falta para as emprehender, é o espirito livre de emprehendimento.

Nós não temos sequer a liberdade de viver, porque o não é viver sem honra, vilipendiado por todos, que de toda a parte arreiam a nossa bandeira, um dia inglêses, outro dia allemães, outro francêses; diminuidos pela nossa nacionalidade, a ponto de termos a cada instancia de córar deante

dos estrangeiros, que não duvidaram mesmo recentemente, á força de nos vituperarem, calumniar a nossa inexcedivel, proverbial e nunca desmentida hospitalidade, assacando-nos o infame intento de atraiçoarmos a fé dum nosso hospede illustre * para venalmente o entregarmos aos seus inimigos. Como somos desprezados lá fóra, até quando lá vamos render vassalagem, que o diga essa peregrinação de devotos que fizeram a visita de Roma o anno passado, á frente da qual um patriotico prelado ** teve de rememorar solemnemente os direitos historicos de Portugal á consideração da grande metropole catholica. Liberdade de viver? Quem é português e não ouve o immenso estertor da nossa raça, agonizando aos pedaços por todo esse globo que ella encheu e assombrou com as immorredoiras proezas do seu genio civilizador? Ai! de Honolulu, de Demerara, os nossos irmãos estendem-nos em vão as mãos supplicantes; e, em Malaca, na Malaca d'Affonso d'Albuquerque, theatro de nossas glorias, os descendentes de heroes, esses

* Krüger.

** O bispo de Coimbra.

restos que lá existem abandonados, esquecidos da sua estirpe, nem já sabem a que familia humana pertencem, nem nos conhecem já, — mais miseraveis que os proprios indigenas, extinguem-se —.

Falta-nos, mais que nenhuma, a liberdade para a qual todas as outras convergem e da qual todas ellas irradiam, aquella em que todas se concentram e a que todas a final se reduzem, a liberdade moral, base de todas as liberdades publicas, e coroamento da liberdade do trabalho, artistico, industrial, scientifico, que ainda se desdobra nas liberdades de sentir, de proceder e de pensar e na liberdade de viver.

A superstição, este fetichismo egoista dos que, tentados por enganosas miragens de felicidade, imaginam alcançá-la, fazendo a côrte aos poderosos que dispensam ou recusam as graças desta ou doutra vida aos seus eleitos ou reprobos, como se houvesse outra felicidade senão a de praticar o bem, e como se o bem fôsse uma coisa nossa e não de nós para os outros, a superstição enreda as suas cegas malhas ás faculdades do nosso espirito e paralysa-lhe todos os sãos anhelos. Levando-nos a vontade,

leva-nos tudo mais. E' a maior escravidão; e a reacção que a promove e sustenta, o nosso maior inimigo, quer tente impôr-se, invocando o poder de Deus, quer o poder da fortuna, secular ou clerical, não importa! Deus, palavra santa, que se não deve sacrilegamente converter em grito desalmado de colera, de odio e de perseguição; brado glorioso dos livres corações, que, ainda á custa de tudo, posição, riqueza, saude, bemdizem a vida, se podem espalhar em torno a si um pouco do calor, das scintillações, das caricias, da fé, do divino sol do amor!

Fanatizados pela idolatria das falsas divindades terrenas ou dum Deus sobrenatural, feito á imagem dos peores tyrannos, sem integridade moral, como havemos de ter liberdades publicas?

Vimos debatendo-nos, ha annos, sob uma oppressão, dia a dia mais incomportavel, das classes dirigentes, que, fortes da nossa fraqueza moral, descarregam com mão desapiedada golpes sôbre golpes ao nosso pundonor, não lhe tolerando sequer os mais leves assomos. E, ou erga ao lado da nossa, que ainda lhe parece demasiadamente liberal, uma egreja autocratica para nos

submetter o coração ao nuto jesuitico, ou jogue na tavolagem financeira a nossa autonomia economica, curvando-nos a liberdade d'acção á avareza dos argentarios, ou esmague na sua marcha ovante todas as nossas franquias politicas, — individuaes, associativas, locaes, geraes —, é sempre a mesma oppressão ignobil, que a cada instante nos entrega, manietados e quasi sem acôrdo, ás violencias e ás injurias do estrangeiro, porque do despotismo interior resulta sempre o exterior, e não ha governos mais fracos do que os governos chamados de fôrça, que não têem por si a verdadeira fôrça que todos os adversarios cança e reprime, que tudo ousa, que é a vontade, a decisão, a fôrça de animo dos governados, pelos governantes pisada e amortecida. Uma nação que se rebaixa a si mesma pela servidão, não pode ser acatada de estranhos, e fica á mercê de qualquer audacioso invasor.

Reparem. Quasi á mesma hora, somos affrontados pelo escandalo proselytista da tentativa de rapto da filha do consul Calmon, pela viagem aventureira dum filho do pretendente, e pelas intimidações da plutocracia enthronizada num gabinete francês.

E' a onda que de fóra cresce sôbre nós. Theocratas catholico-romanos, monarchicos protestantes, inglêses e allemães, democratas francêses mais ou menos livres pensadores, todos se identificam no mesmo descaroamento com que nos desprezam, nos véxam e ludibriam. E porque? porque nos têem visto tão apoucados e abatidos, que não só não protestamos contra os aggravos dos nossos proprios governantes, mas até, como uns doentes scismaticos e credulos, para todo curandeiro e feiticeiro nos voltamos, confiando-lhe o governo, sem que desastre algum nos desengane de que não é possivel fazer-se o milagre duma vara torta dar uma sombra direita. Ah! o poder duma nação não é nunca o duma autocracia ou duma oligarchia; uma nação necessita de ser um centro organico d'acção, fortalecido de todos os lados pelo inconsutil valor moral de cada um dos seus membros. Quando provarmos que o nosso coração não parou para o mutuo respeito de nós mesmos, então e só então é que daremos signal de que ainda somos uma nação e somos capazes de pugnar, com toda a nossa altivez e todo o nosso sangue, imperterritamente,

pela independencia da patria. Convençam-se quantos ainda procuram palliar, transaccionar: se uma grande revolução, a maior que se póde fazer, que é a que se deve operar em cada um de nós todos, não vier de prompto restituir-nos os antigos espiritos, os absolutistas, que, esses, não se levam de concessões, em breve attestarão sôbre as ruinas das nossas liberdades publicas que nenhumas os fizeram esquecer-se dos seus soberanos *legitimos*. Com elles não ha meias medidas! Se realmente queremos levantar comnosco a honra e os creditos nacionaes, vamos! desalojemos o inimigo de todos os seus postos. E' indispensavel que o nosso brio se revolte contra todos os falsos salvadores a que temos prestado ouvido e obediencia, quer elles se arregimentem nas clientelas sectarias que hypocritamente se appellidam batalhões sagrados da fé, quer nessas, senão tão compactas, não menos insolentes e nefastas, legiões pretorianas das clientelas financeiras e politicas. Nem covardes perante os problemas da outra vida, nem perante os desta!

Seremos liberaes demais? o nosso liberalismo irá até ao anarchismo? Não! Não

nos faz má sombra ser governados, sendo-o por nosso inauferivel querer. O que repellimos, não é o governo, é a prepotencia. Hoje obedece-se ao mando, não ao dever. Uma sociedade elege ahi os seus corpos gerentes? Regateia-lhes depois e nega-lhes os meios de governar. Os directores são seus eguaes, clamam os consocios. Vem uma auctoridade *superior*, e intima esses mesmos rebeldes, tão susceptiveis, a um procedimento indecoroso: rendem-se logo. E' que o liberalismo não se confunde com o individualismo. Não! não somos pela indisciplina. Queremos de certo governo, mas governo liberal, queremo-lo mesmo para que governe a liberdade, sem prejuizo e quebra de nenhuma.

Tres poderes governam o homem, o religioso, o economico e o politico; e todos tres são legitimos. Cada um se esforça por absorver e exercitar os outros dois, e a sua luta dilacera ainda a sociedade contemporanea.

Um segue a arte, e tem tido para os povos mais cultos o seu centro principal na Italia, em Roma; outro segue a industria, e tem-no hoje em Londres; outro, a

sciencia, e oscilla actualmente para a Allemanha, que não é a Allemanha do chamado direito da fôrça, ha pouco consubstanciada no chanceler de ferro e theatralmente personificada agora pela atrevida figura de Guilherme II, symbolos só apparentes e passageiros dum poder bem mais profundo, um tanto transviado ainda por barbaras tradições feudaes do recto caminho da sua missão bemfazeja, o poder da intelligencia humana, representado brilhantemente por uma constellação augusta de espiritos superiores, que assumiram de direito a hegemonia do pensamento e quasi já tambem a do sentimento e a da acção contemporanea. Esta é que é a incontrastavel fôrça politica da Allemanha, e não a outra, a fôrça bruta, que só servirá para lhe minar e derruir a auctoridade e o prestigio. O imperialismo germanico governará reis e côrtes, alastrando-se como um morbus contagioso pelas classes dirigentes das outras nações até á liberal Inglaterra, até mesmo aos republicanos Estados-Unidos; mas não captiva a alma generosa das multidões. O que nos fascina nos allemães, não são os seus mavorcios capacetes, nem mesmo o vistoso

figurino do gentilissimo espadachim do seu imperador; é alguma coisa bem differente, bem mais magestosa, é a soberana philosophia dos seus venerandos pensadores. Berlim governa, porque é a capital intellectual, e emquanto o fôr.

O poder religioso ha de ser sempre de quem fôr mais tocante pará nos commover o coração; o economico, de quem mais destramente utilizar os nossos serviços; e o politico, dos que melhor souberem convencer-nos da sua opinião. Tambem tivemos a nossa vez no primado da humanidade, quando, pelos nossos descobrimentos, abriamos ao mundo, com um mundo novo, uma nova edade de progresso. Se não somos já de grandeza a constituirmos um centro artistico, industrial, ou scientifico d'attracção universal, recusar-nos-emos por isso a gravitar para os que o são? Não! Debalde o tentariamos. Corre-nos o dever de formarmos disciplinadamente em torno dos melhores da nossa especie. Porque é que hoje o padre, o financeiro e o politico estrangeiro nos conduzem? É, porque é mais instruido e vale mais do que o nosso padre, o nosso financeiro e o

nosso politico. E esta subordinação é inilludivel.

O que não consentimos, é que no-la intimem, é que convertam a direcção em collisão e nos deshonrem, ultrapassando a fronteira dos nossos direitos, a cuja defensa acudiremos sempre com todo o arranque do nosso pujante patriotismo. Desejamos commungar com os outros povos na mais pura fraternização, religiosa, economica, politica; mas por nosso proprio alvedrio, sem desar da nossa autonomia, escolhendo por nós mesmos tanto os nossos padres como os outros nossos ministros. E' necessario governo, e não só nacional, internacional tambem, que cimente a justiça entre os povos, mas voluntario, electivo, não dogmatico, imposto, que nos escravize seja a quem fôr.

A auctoridade não é feita da tôrpe abdicação das almas. Quando mesmo não seja a resultante da intervenção directa de todas as vontades na elaboração e na execução das leis, como vai sendo cada vez mais, — attente-se na lição da Suissa —, é e deve ser o fiel da balança que todas as liberdades pondere e equilibre com o maximo escru-

pulo. A liberdade só tem um limite, a liberdade. Associemo-nos, sim! para fazer o bem, mas não esquecendo jámais que o bem não é afinal senão um accrescimo de liberdade. O crime é essencialmente uma lesão da liberdade. E por isso não o ha maior do que o despotismo.

Se nos nossos proprios adversarios se exemplifica quanto póde a fôrça da associação, apesar de desnaturada da sua inspiração liberal, é que ainda aos que fazem voto perpetuo de absoluta servidão, a tyrannia não chega nunca a arrancar a sua inteira liberdade, reduzindo-os a uns completos automatos; o mais que consegue, e dolorosamente o presenceamos, é comprimir-lha e tanto retardar o seu desinvolvimento que ella se torne monstruosa para a nossa epoca.

Queremos associação, governo, não só para assegurarmos a liberdade, mas até para a accrescentarmos, para havermos as liberdades que individualmente não nos é dado lograr, a de cada um viver, quando lhe faltam as fôrças ou os meios de occorrer á sua subsistencia, na infancia ou na senectude, na doença, durante as crises, ainda

tão angustiosas, do trabalho, e a de viver não a vida grosseira, mesquinha, amarga, do selvagem, mas a delicada, a dôce, a cordial e effusiva vida do homem civilizado. Uma só condição pomos, é que não ha de ser a troco de nenhuma outra liberdade. Asylos, hospitaes, escholas, museus, jardins, bibliothecas, tudo quanto devotadamente cria a assistencia, a philantropia, a caridade, são de certo benemeritas, adoraveis instituições, comtanto que as não erija, como os antigos monumentos, o despotismo, flagellando os seus obreiros, sobre a renuncia espavorida, arquejante e allucinada da liberdade, que não é essa legendaria serpe demoniaca da rebelião e do peccado que á virtude incumbe supplantar.

Associação, que não timbre de liberal, volta-se contra a propria sociedade em cujo seio se gera, ferindo-a gravemente e até de morte. São as ordens professas, estigmatizando o amor e dissolvendo e extinguindo a familia; é o conluio dos açambarcadores, accendendo e desencadeando os odios de classe; e são as facções demagogicas e as camarilhas cesaristas, perseguindo por toda a parte o lealismo puritano dos cidadãos:

uns e outros associados, bandeados, para dividir, dissociar, e como que por isso mesmo apostados tambem a sublevar, a revolucionar, porque chega sempre um dia em que os lesados, não confiando em nenhuma hierarchia para onde appellem, e, divididos, não podendo improvizá-la por si, vendo que o despotismo tudo assalta brutalmente e só na fôrça bruta se esteia, acabam, no desespero da sua indignação, por procurar fazer justiça pelas suas mãos, e á insurreição moral dos espiritos segue-se o choque, a desordem material das ruas. E peor seria que nem esse dia de provação chegasse, porque então seria a morte da nação. Faça-se tudo por evitar a violencia, sempre lastimosa, mas reconheça-se que ella é o ultimo recurso da legitima defesa tanto dos individuos como dos povos.

Não pretendemos demolir auctoridade alguma legitima. Somos crentes; e queremos a associação e, com ella, o governo religioso dos crentes, mas em templos onde a celebração da virtude irrompa de peitos livres. Não movemos guerra ao capital; queremos, pelo contrario, poupá-lo, multiplicá-lo, socializando-o, entregando o seu

governo aos seus productores. Almejamos pela ordem; queremos mesmo uma forte constituição, um forte governo politico, mas que só um imperialismo estatua, o do dever, firmado na mais proporcionada e tolerante conciliação das opiniões. Quanto até não lamentamos que o estado, em cujas mãos se concentram dentro da nação todos os tres poderes, religioso, economico, politico, não tenha auctoridade bastante para nos afastar de qualquer delles as investidas estranhas! Mas como ha de ter, se não faz a unica solida politica internacional, que é a politica liberal, que todos os brios da alma nacional respeita, e por isso tambem conta com todos os milagres do seu arrojo na hora do perigo? Os governos despoticos, assim como occultam aos cidadãos os seus attentados, occultam egualmente os que com a fraqueza da sua fraude e mystificação estão provocando do estrangeiro, e cedem sempre, não para salvarem a nação dum conflicto desastroso, como apregoam, mas de facto para não succumbirem nelle, porque estão mesmo a cada passo requestando allianças de protecção, fatalmente ruinosas, e, ainda concedidas de

mão beijada, deprimentes da dignidade nacional, na esperança de abafarem os gritos de descontentamento e irritação da opinião, que não duvidam sequer, num lance final de luta pela existencia, arremessar ás mais temerarias aventuras, se antevêem que com o sangue da patria poderão talvez inocular um pouco de vida no seu moribundo poderio. O despotismo, nem as invasões que se não escudam em temerosos exercitos, está apercebido para repellir victoriosamente, nem as que hoje são as mais incruentas de todas, as religiosas. Não nos illudamos, pois, por nossa parte! nós nenhuma liberdade temos segura. Nem a religiosa.

Liberaes! é indispensavel sê-lo radicalmente. Não se póde ser liberal na praça publica e despotico dentro do partido, no seio da corporação, no gremio da classe, na repartição ou no escriptorio, ao balcão, na officina ou na granja, com os creados, com a familia. Como havemos de crer em liberaes que atordoam os comicios e a imprensa com as suas tiradas tribunicias, e que na educação dos seus filhos, na intimidade com a sua esposa, no exercicio

da sua profissão, na cathedra de professor, na mais humilde junta ou direcção, são uns tyrannetes intrataveis? Todas as liberdades são solidarias, e é indispensavel reclamá-las todas e para todos solidariamente tambem. Emquanto, por exemplo, fecharmos á mulher as portas das carreiras sociaes e da legislatura e administração publica, como estranhar que ella, ao impulso da sua ineffavel dedicação, para entrar na sociedade, onde só a sua presença é um dom do ceu, bata á unica porta que encontra aberta, á dum convento, amortalhando embora á entrada todas as suas outras aspirações, que chegam mesmo a figurar-se-lhe criminosas, desde que, para as satisfazer, a lei humana lhe não permitte desempenhar-se por maior da sua angelica missão social! Revindiquemos todos os direitos, principalmente os dos mais fracos.

E nada nos é licito ambicionar, emquanto os não obtivermos. Uma instituição que, sem a liberdade e a sua fiscalização, se implante, é um fóco a mais de arbitrariedades e depravação. Nada, nem a salvação neste mundo, nem no outro, esperemos da dictadura.

Bem sei que custa immenso a ver a miseria, ouvir os seus lamentos, e não lhe acudir, porque, para isso, neste atro regimen de nepotismo e simonia em que vivemos, ou, antes, vamos morrendo, teriamos de nos acorrentar á complacencia dos poderosos que de tudo dispõem a seu talante. E ha tanta miseria! Ai! em Portugal não soffrem só os desgraçados; soffrem com elles todos os que, depois de lhes darem tudo que podem, debalde procuram em volta de si, no civismo das instituições, um meio de lhes valer. Aproveitemos para o bem commum todos os serviços que, ainda quebrantada pelo despotismo, esta bôa sociedade portuguêsa, maternalmente, á custa do secular sacrificio das suas classes trabalhadoras, nos presta; mas não acceitemos nenhum por graça e favor do poder. Condescender com a arbitrariedade, com a reacção, não é sociabilidade, é cumplicidade; e não incorramos nella por nada, nem que nos promettam transfigurar dum dia para outro os nossos quatro milhões de analphabetos em outros tantos milhões de cabeças letradas. Saíriam uns mandarins, e já disso temos demais.

Sejamos intransigentes, duma irreductivel intransigencia com o mal. Não que partamos, em som de guerra, a atacar ninguem, nem os maus, que são, em verdade, os infelizes mais dignos de dó, que mais precisão têem do nosso amparo; bem basta já para seu castigo não lhes podermos dar toda a nossa confiança. Guerra ao mal, mas a ninguem, nem aos maus! Não foi, exterminando os animaes bravios e ferozes, foi domesticando-os, convertendo-os em seus auxiliares, não foi destruindo as plantas silvestres e venenosas, foi cultivando-as, fazendo duma solanea um tuberculo alimenticio, que o homem povoou e enriqueceu a terra de animaes e plantas uteis. Os maus, esses microbios moraes, hão de combater-se como nos ensinou o grande Pasteur, attenuando-lhes a virulencia, isto é, melhorando-os. E como? pela irresistivel magia da bondade. A tyrannia não provém só dos tyrannos, e por isso não desapparece logo com elles. Que importa expulsá-los, se ella não se expulsa, porque fica ainda nas almas captivas? Será preciso tratar o paiz como a creança, da frente de quem se tira uma fruta que lhe póde

fazer mal? Não digo que não; ás vezes, até isso é preciso. E' preciso evitar a suggestão. Mas, quando menos nos precatarmos, ella a terá comido. E' o que nos tem succedido tanta vez! o tyranno, passado tempo, volta, quando mesmo não encontra, como o fruto, um pobre coração compadecido que o guarde e encubra. O que é preciso, não é fazer mal aos maus, é não lhes conceder privilegios como em Espanha, e, mesmo entre nós, onde, por isenção da jurisdicção parochial, até, em muita parte, o registro civil tem estado á sua mercê, é não os encher esbanjadoramente e indiscretamene de benesses, de subsidios de toda a qualidade, em edificios, dinheiro, etc., que são armas que se metem nas suas mãos, como ahi se tem feito, é não os deixar praticar, commeter o mal, é passá-los de governantes a governados, é descingi-los de todos os diademas por elles usurpados, exauctorá-los da governação, negando-lhes logar tanto nas magistraturas como no magisterio social. Sobretudo não lhes entreguemos o ensino, que é o governo que, mais que nenhum, necessita de ser liberal, porque é o das almas tenras ainda, mimosas,

em germinação, que a mais leve pisadura póde para sempre tolher e abafar. Mas para tanto basta o nosso querer, o nosso voto livre. Não serão nossos eleitos, emquanto o não merecerem. Resta-lhes ainda muito campo aberto? Elles tentarão alliciar os pobres e simples, como o povo, e os fracos, como a mulher, como as raparigas, captar-lhes os votos?. Condemnemos formalmente a escravatura, seja ella qual fôr, declarando irritos e nullos todos os votos servis, e façamos tudo por della resgatar as suas victimas.

Emancipar as almas, eis o eterno afan da humanidade. Mas como? como chamá-las, como attrahi-las, como socializá-las para a liberdade? Pela liberdade. Pela coacção seria paradoxal. Não neguemos a ninguem nenhuma liberdade, nem a de associação, desde que os seus membros não professem insolentemente ou desvairadamente, como uma quadrilha de malfeitores, ou como uns epilepticos, o culto do despotismo e a execração e o ataque da liberdade. Não é, respeitando as instituições das raças indigenas, que hoje por toda a parte os povos colonizadores procuram persuadir-lhes as

suas? Pois as proprias beatas, se não são melhores, tambem não são peores do que os selvagens nas suas abusões e crendices. E quem é que ha de negar ás suas associações o direito de existir? O estado, que é o seu principal promotor? Elle, que tem uma egreja official, de cuja cadeira parochial e episcopal, de cujo pulpito manda prégar que o reino do Senhor não é o deste mundo, ha de ser elle quem, depois desta propaganda, ao tomarem-lhe o conselho, condemne os que, por effeito della, rompam todos os laços terrenaes para se associarem pela vida comtemplativa com um deus sobrenatural que lhes ensinaram a invocar e preferir? Nem essas congregações elle tem logicamente auctoridade para supprimir. E quem a tem? Onde estão ahi as novas associações livres, egualmente, — que digo eu? — mais religiosas ainda, que as substituam? Onde novas cathedras e novos pulpitos liberaes de propaganda moral? Onde o confessionario tambem liberal a que recorrer, para pedir luz num caso difficil, delicado e penoso de consciencia? Onde o sino, a cujo som pensemos ternamente nos nossos irmãos, filhos da mesma

terra, que nascem, que se amam ou que morrem, a cujo toque larguemos a enxada, a plaina ou a penna, suspendamos mesmo todo o trabalho, para nos juntarmos com a familia á mesma mesa ou com os nossos visinhos no mesmo adro e perante o mesmo altar, e com ella e com elles erguermos o espirito ao nosso Deus, Deus verdadeiramente humanado, em piedosa idealização de todos os humanos affectos? O que é preciso, não é supprimir, é transformar as caducas associações religiosas, apressar a sua transformação, que, apesar de todas as antigas resistencias, se vai effectuando a olhos vistos, de associações contemplativas, mysticas, em associações activas, trabalhadoras, que educam, que vélam enfermos, que missionam, numa palavra, que crêem que esta vida não merece ser macerada, mas amada, porque é a fonte inexhaurivel de todo o bem. Que ninguem se isente da lei do trabalho!

A sociedade, que á força de obedecer á voz do mando, chegara a crer na omnipotencia do verbo, da prece, vai perdendo quasi de todo essa grande superstição do passado; e a egreja, triste é que tão lenta-

mente! acompanha-a, a egreja, sob pena de se sepultar na corrente, não podia deixar de caminhar tambem. Reconheça-se-lhe mesmo esta superioridade, que, pela propria perda successiva da sua ingerencia temporal, ella é já hoje o poder constituido que menos luta pelas armas. Se dentro della ainda são innumeraveis os conspiradores que se abraçam desgrenhadamente á bandeira negra da servidão e da guerra, cada vez mais firme e mais alto se hasteia nella á luz de Deus a bandeira branca da liberdade e da paz, a mesma que desfraldámos mais longe que ninguem por esse orbe fóra, fazendo do christianismo uma religião tão nossa, que, para rompermos com ella, sentimos que teriamos de romper com os nossos queridos mortos, com a nossa gloriosa epopeia. Mas para que romper? Inscrevamos, sim, em caracteres bem nitidos, no nosso lábaro liberal, tanto no dominio religioso, como no economico e como no politico, a divisa da nossa fé, que em todos elles atteste e lembre estas verdades moraes: O bem, a felicidade, não é nenhum goso, nenhum proveito, nenhuma perfeição individual, egoista, que submissamente im-

ploremos a nenhum grande poderoso, mas a perfeição social, mundial, para que cada um tem de contribuir por si com a sua quota, na esphera, grande ou pequena, da sua existencia, pelo livre exercicio da sua iniciativa e do seu esforço, pelo seu desprendimento e sacrificio. E a virtude não está em nos mortificarmos humildemente sem mais amor que o da propria salvação; mas sim em nos engrandecermos e multiplicarmos tanto por amor dos outros, que, para lhes acudirmos, ousemos arrostar ainda os maiores perigos. Esta a doutrina que por toda a parte devemos evangelizar. Não nos curvemos perante nenhum poder arbitrario; seja a suprema liberdade, e só ella, o nosso supremo arbitro. E, na egreja e fóra, todos se darão por entendidos.

A emancipação das almas, temos de operá-la, fundindo, harmonizando a sociabilidade com a liberdade. A nossa intransigencia com o mal não ha de ser apathica, ha de ser viva, militante: é o que se póde chamar a obrigatoriedade da liberdade. É-nos defeso ficar indifferentes ás machinações do despotismo; temos instantemente de nos pronunciar, de intervir contra ellas.

Mas, no ardor da nossa campanha, não aprisionemos a ninguem; não a fazemos para isso. Nada imponhamos a ninguem, nem a liberdade. Ella, que nunca jámais morre no fundo do nosso ser, porque é a sua propria substancia, ella, que é tão essencial á vida do espirito como o calor á do corpo, tambem como elle se desenvolve e accumula pelo exercicio, pelo trabalho, que nutre o corpo e instrue o espirito. Trabalho é redempção. Para apostolar a liberdade, trabalhemos ao lado dos nossos operarios, das nossas esposas, dos nossos filhos, não os abandonando a ninguem que lhes embarace e ate e quebre os movimentos. E quem hoje ahi senão quasi só os nossos adversarios e os seus adeptos lida com elles? Quem os agazalha e trata? Quem os educa e consola? Quem lhes ministra uma lição, uma regra, um preceito? Quem descerra ao seu coração e á sua imaginação, avidos de commoções e de maravilhoso, o tocante mysterio da belleza moral? Quem os acalenta á entrada e á despedida da vida, e os acolhe nos bons e nos maus dias? Vive o proprietario com o rendeiro, o patrão com o caixeiro ou com o artifice, o rico

com o pobre, o chefe da familia com ella? Dão-lhes o seu desdem! Então?

Façamos mais pela liberdade do que os nossos adversarios contra ella. Estreitamente unidos, como mais ninguem, organizemos uma grande associação que tenha um nucleo cerrado de fôrça e de resistencia em cada um dos nossos casaes; e, com todo o fervor da nossa solidariedade, provemos a efficacia incomparavel da liberdade, levando a toda a parte incessantes serviços e por toda a parte oppondo — ás instituições servis — maiores, mais numerosas, melhores instituições liberaes. Assim, e só assim, ao rubro calor das nossas virtudes, é que se irão dissolvendo todas as ordens nefastas. Como Christo, façamos do povo, da mulher, da creança a nossa familia, a nossa sagrada familia; que, no dia em que o povo, a mulher e a creança nos tiverem pelos seus amigos, nada já haverá que temer pela liberdade. Ella terá triumphado. A ella se offertarão todos os incensos, todas as flôres, todos os hymnos, todas as alegrias e todas as lagrimas desta vida.

A Associação liberal de Coimbra

Minhas Senhoras e Meus Senhores! *

A Associação Liberal de Coimbra voltou a tomar o seu posto de combate, não para atacar ninguem, mas para pugnar contra o erro e a oppressão, pela verdade e pelo direito. E, como, sob a presidencia do eminente cidadão, que fôra secretario das nossas constituintes de 1820, o visconde de S. Jeronymo, inaugurou em 1875 a sua primeira campanha, assim inaugura agora esta, celebrando hoje, como então, a entrada triumphante do glorioso exercito libertador nesta cidade, não só para honrar a memo-

* Discurso proferido na presidencia da sessão solemne celebrada no salão do paço municipal na noite de 8 de maio de 1901, commemorando o anniversario da entrada do exercito libertador em Coimbra.

ria dos bravos que, atravez de tantos perigos, defenderam e revindicaram a liberdade, mas tambem para que jámais esqueçam os damnos e torturas que lhes infligiu o eterno inimigo da sociedade e da civilização, a reacção.

Á nova acommetida do negro bando, é indispensavel arredar para sempre da nossa terra a repetição de tão dolorosas e degradantes scenas. E graças a nossos paes, que já para isso não temos de pegar em armas, bastará envidarmos um nobre esforço patriotico, que póde e deve ser grande e decisivo pela estreita união de toda a familia liberal!

Nós descançámos demais. É certo que a liberdade nunca desfallece de todo, e, menos que em nenhum outro, em peitos portuguêses. Quando o despotismo a imagina avassalada, ei-la que irrompe de repente com todo o fulgor, como em 1385, como em 1640, como em 1820, como de 1828 a 1834. E em parte alguma podemos contar mais com os prodigios do amor da liberdade do que nesta historica Coimbra, que foi a capital dos heroicos fundadores da nossa nacionalidade, e tem sido prefe-

rentemente a capital das novas gerações, de cujo seio saem sempre os mais ardentes soldados das franquias nacionaes.

Mas a propria lição do passado nos aconselha a ser mais acautelados e vigilantes. Por mais frondosa e abundante de fructos que se nos mostre a arvore da liberdade, não nos persuadamos nunca de que ella se radicou já tanto no coração do paiz, que nada a possa abalar e enfraquecer. Foi essa confiança cega o que nos comprometeu ultimamente.

Vimos a nação constituir o governo popular das suas parochias, descentralizar os municipios, crear verdadeiros parlamentos districtaes, e o principio electivo vivificando todas as instituições, até chegar a intervir pela lei constitucional de 1885 na formação da camara dos proceres.

E, do mesmo passo, a instrucção prosperava: ao lado da iniciativa local, principalmente dos municipios, que multiplicava escholas primarias, procurando pela assistencia publica povoá-las de alumnos, o governo fundava em Lisboa o Museu agricola e em Lisboa e no Porto os Museus industriaes e commerciaes, e ia espalhando

pelos districtos escholas industriaes e laboratorios, estações e escholas agricolas; estreava-se ainda pela iniciativa local o ensino primario complementar, e o estado planeava o ensino secundario médio para o sexo feminino, sendo pelas côrtes discutida com ardor a reforma dos lyceus; imprimia-se pelo concurso das administrações, central e territorial, um forte impulso ao ensino normal para habilitação de professores primarios, o Ministerio das obras publicas amplificava os Institutos agricolas e industriaes e o Ministerio do reino accrescentava, ainda que modestamente, as dotações do ensino superior; transformava-se radicalmente a antiga Junta consultiva de instrucção num grande Conselho de eleição de todo o magisterio; e annunciava-se para breve o estabelecimento definitivo dum Ministerio especial para os negocios docentes. A liberdade parecia garantida.

Mas, dentro em pouco, um vento de insania começou a soprar; e, quando alguns politicos sinceros tentaram em 1893 travar a derrocada liberal, já era tarde de mais para a força de tão poucos. Dissolveram-se associações, annullou-se quasi a vida paro-

chial, reduziu-se o numero dos concelhos, supprimindo-se-lhes as regalias, amesquinhou-se de todo a administração districtal, suspendeu-se dictatorialmente o parlamento, e, usurpado o exercicio do poder legislativo, dictatorialmente se lançaram e cobraram impostos, dictatorialmente se promulgou até uma nova constituição retrograda. E tudo isto se fez affrontosa e impunemente, sem que a ninguem valesse o recurso para os tribunaes.

Ao mesmo tempo, fechavam-se escholas, abandonava-se o ensino geral para um e outro sexo da classe media, proclamava-se o dogmatismo do ensino secundario official e escravizava-se-lhe em tudo o ensino particular e domestico; cortaram-se os meios de trabalho ao ensino superior e ameaçou-se e preteriu-se o seu magisterio de opiniões mais avançadas; do Conselho superior de instrucção publica não se conservava mais do que o nome; e o Ministerio de instrucção publica durou apenas um momento. Tanto é certo que, quando soffre a liberdade, soffre tambem com ella a instrucção.

Assim chegámos ao lastimavel estado actual, a este ultimo acto, tão longo já

para os nossos brios, em que, sôbre um scenario de ruinas, temos visto fusilar lobregamente, quasi sem intervallo, as iras, as ameaças e os attentados dos poderosos estrangeiros. Um dia a Inglaterra, outro dia a Allemanha, outro a França. Faltava Roma? Não! não faltava. Ella tivera artes de assestar occultamente, antes de ninguem, as suas baterias; nós é que, na cegueira em que viviamos, não davamos por isso. A reacção religiosa levantou egrejas ao lado das nossas, oppoz aos nossos seminarios os seus noviciados, substituiu os nossos padres, e até, parece, alguns dos nossos prelados, pelos seus; e, emquanto não vingava empolgar o governo de toda a sociedade portuguêsa, foi-se apoderando do espirito dos fracos, dos velhos e doentes, das mulheres, das creanças. A maior parte dos hospitaes, asylos e collegios está nas suas mãos. E foi preciso que o povo, que é quem hoje em todas as partes revindica a causa da liberdade e da justiça, foi preciso que o nosso povo, indignado, se revoltasse contra mais uma das suas aggressões, já insolentemente feita a descoberto, para que os nossos corações, so-

bresaltando-se, dessem rebate de todo o risco que corriamos.

Juntemo-nos, pois, de vez, decididos, não é só a não desertar jámais do nosso posto de honra, é a nunca mais dispersar sequer. A situação está longe de ser desesperada. Não podemos confiar na lei e nos seus agentes, nem na justiça dos tribunaes, que tentam mesmo ás vezes ameaçar-nos com processos arbitrarios e inquisitoriaes; mas ainda se não improvizam alçadas que levantem deante de nós a figura tetrica do patibulo. Já não é pouco sermos, como somos, açoitados na nossa honra nos pelourinhos estrangeiros. A situação é critica, sem dúvida. Desesperada que fôsse, porém, haviamos de vencer, como os nossos maiores em 1834, e os vindoiros haviam certamente de poder celebrar o nosso triumpho, como hoje estamos celebrando o dessa gloriosa epoca.

O que cumpre instantemente, é arcar, sem nenhuma transigencia ingenua, onde quer que elle nos affronte, com o despotismo, para o desalojar de todos os seus baluartes e reductos. Os liberaes de então comprehenderam bem que elle era solidario

em todos os seus campos, e, a golpes redobrados, feriram-no incessantemente com a promulgação da carta constitucional no campo politico, com as reformas fiscaes da Terceira no campo economico, e com a extincção das congregações no campo religioso. Palmella, Mousinho da Silveira, e Silva Carvalho com Joaquim Antonio d'Aguiar personificam, em volta do rei-soldado, esta triplice campanha. Cumpre-nos, hoje, como então, restaurar a liberdade em cada um dos seus dominios.

Por isso eu assisto com jubilo ao duplo movimento generoso que neste momento agita e apaixona a alma nacional. Querem-se substituir por livres associações religiosas as obnoxias congregações servis, e as prepotentes companhias capitalistas por syndicatos agricolas e associações industriaes de classe fundadas sôbre o cooperativismo.

E tão necessaria é uma liberdade como a outra. A sociedade não vive só de interesses, mas tambem de crenças. A religião é o coroamento moral da arte. Por isso a Deus, ideal de todo o bem, se consagram basilicas, como a nossa Sé Velha,

que nos encantam pela solemne harmonia das suas proporções, e esses templos se recamam de esculpturas, como tantas de Santa Cruz, e de quadros, como os do nosso Grão Vasco e da nossa Josepha d'Obidos, e á divina imagem, encerrada, sôbre um throno de luzes e de flôres, em preciosa custodia, — como a dos Jerony-mos, que vale só por si um poema —, os sacerdotes, com as suas vestes de brocado e pedrarias, erguem o calix da saudação e o incenso thuriferario, emquanto o povo, em trajes tambem de gala, lhe entôa em côro os seus hymnos mais enternecidos. É a santa aspiração, a anciosa conver-gencia de todas as emanações affectivas da arte para o supremo bem!

A religião é a união das almas pelo amor, como a economia o é pelo trabalho. E quem mais religioso do que nós, filhos deste abençoado paiz, onde tudo fala ao coração, tudo inspira affectos, tudo convida a amar, deste paiz, onde o sol cada dia nos faz uma nova surpreza com os prodi-gios arrebatadores das suas auroras e occasos, e, quando se esconde, ainda refle-cte a sua magia em luares incomparaveis,

deste paiz, onde o campo se estrella tanto como o ceu, onde o rouxinol vem fazer o seu ninho e cantar os seus amores, e onde a voz da mulher é uma música e a poesia brota espontanea do estro do povo? Como não haviamos de ser religiosos, e com a exuberancia artistica que tanto caracteriza este tão meridional catholicismo?

O que é preciso, é moralizar a religião, é contrapor á religião do sobrenatural, da superstição, da crença num outro mundo e do desprêso deste, a da fé neste mundo e no seu immanente progresso para a justiça e para o bem. Ninguem pretende destruir a religião; o que pretendemos, é fazê-la sincera e pura, tornando-a voluntaria e livre.

Mas não basta erigir sôbre a liberdade as associações religiosas e economicas; falta-nos ainda fundar nella as associações politicas que não temos, porque não podem merecer tal nome os centros dos diversos partidos, sem contacto com o povo, onde a cubiça do poder reune os homens de opiniões as mais diversas e até oppostas. Todas essas associações são indispensaveis, mesmo para se fortalecerem umas ás